

UNIVERSIDADE DO MINHO
ESCOLA DE ENGENHARIA
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

MESTRADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

***Diplomacia na Era da Informação e Gestão do
Conhecimento***

ANTÓNIO SÉRGIO CORREIA MENDONÇA

Orientação: Professora Doutora Isabel Maria Pinto Ramos

GUIMARÃES, SETEMBRO DE 2009

ABREVIATURAS

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Food and Agriculture Organization

ICT – Information and Communication Technologies

INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores

INETI – Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação

NASA – National Aeronautics and Space Administration

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NGO – Non-Governmental Organizations

ONG – Organizações Não Governamentais

TI – Tecnologias de Informação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

USACPD – United States Advisory Commission on Public Diplomacy

USIP – United States Institute for Peace

Diplomacia na Era Da Informação e Gestão do Conhecimento

António Sérgio Correia Mendonça

Mestrado em: Sistemas de Informação

Orientador: Doutora Isabel Maria Pinto Ramos

RESUMO

A evolução contínua das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) coloca novos desafios aos actores envolvidos. A adaptação a esses desafios irá criar novas hierarquias independentes das fronteiras geográficas. As tecnologias de rede como a internet geraram um poder acrescido para os actores não estatais que capturaram muitas das atribuições tradicionais dos Estados.

O conceito de diplomacia, desde a sua origem tradicional ao contexto virtual mudou significativamente. Hoje, qualquer agente diplomático tem de lidar com implicações substanciais de um novo ambiente comunicacional, considerando o impacto das TIC numa sociedade crescentemente estruturada em rede e menos hierarquizada. O Estado deverá ter em conta a emergência de novos actores e a sua relevância na actividade diplomática.

Nos dias de hoje a actividade diplomática tem de fazer face a uma concorrência acrescida de actores não estatais que fazem uso de novos recursos informacionais e comunicacionais. Estes actores (tais como as ONG, média, organizações terroristas, organizações ambientais e de recursos humanos, entre outros) tornaram-se aptas a desempenhar algumas das funções estatais típicas gerando uma distribuição mais difusa do poder, menos centrada no Estado. Muitos deles estão tecnologicamente muito bem preparados, fazendo um uso intensivo das TIC e, sobretudo, da computação em rede, obtendo um acesso cada vez mais fácil a um conjunto significativo de pessoas e informações.

As instituições diplomáticas terão de adaptar-se à Era da Informação, determinando esta, em grande medida o modo como a actividade diplomática será exercida no futuro, e quais os actores predominantes.

Dado que a informação e a sua gestão são basilares no desempenho de toda a actividade diplomática, será importante verificar em que medida um acesso mais generalizado a este recurso poderá alterar o modo como a actividade é desempenhada, mas também ao nível do público-alvo da actividade, modificando a sua percepção.

O objectivo do trabalho é o de analisar a importância que as alterações tecnológicas têm na actividade diplomática, avaliando em que medida a emergência de novos actores relega a acção estatal para um plano secundário.

O desenvolvimento das tecnologias e das redes assume hoje um papel central na actividade diplomática, requerendo a adopção de novos processos de interacção virtual.

Existe um desconhecimento, por parte dos agentes diplomáticos nacionais, das oportunidades e ameaças que se colocam actualmente à actividade. Neste contexto, será necessária uma mudança tecnológica, acompanhada por mudanças nas estruturas das organizações, e um aumento das qualificações que adapte a diplomacia a uma sociedade organizada em rede.

Um dos passos fundamentais passa por um investimento permanente na elevação das qualificações tecnológicas dos diplomatas que poderá passar pela criação de uma instituição especializada no ensino da diplomacia, intensiva em TIC.

Palavras Chave: Diplomacia; Informação; Tecnologia; Rede; Comunicações.

Diplomacy in the Information Age and Knowledge Management

António Sérgio Correia Mendonça

M.Scin: Sistemas de Informação

Supervisor: Doctor Isabel Maria Pinto Ramos

ABSTRACT

The continuous evolution of Information and Communication Technologies (ICT) implies new challenges to all the people involved in the diplomatic activity. Those challenges will create new challenges independent from geographical borders. The network technologies as the internet generated an increased power to non-state actors that have captured many of the traditional State functions.

The concept of diplomacy, since his origin to the virtual context has changed significantly. Nowadays, any diplomatic agent has to deal with the substantial implications of a new communicational environment, considering the impact of the ICT in a society increasingly networked and less hierarchical. The State must take into account the emergence of new actors and his relevance in the diplomatic activity.

Nowadays, the diplomatic activity must deal with an increased competition form non-state actors that use new information and communication resources. These actors (such as the NGO's, media, terrorist organizations, environmental and human resource organizations) became able to exert some typical State functions generating a more diffuse distribution of power, less State-focused. Many of these actors are technologically well prepared, using ICT's intensively, and, especially network computing, obtaining na increasingly easy access to a significant number of people.

Diplomatic institutions must adapt to the Information Age, which will determine how the diplomatic activity will be exerted in the future and who will be predominant.

Since information and information management are essential in the performance of all diplomatic activity, it is important to check whether a wider access to this resource can change the way this activity is performed, and also how the public reacts to that wider access.

The aim of this study is to analyse the relevance of technological changes in the diplomatic activity, assessing to what extent the emergence of new actors will relegate the State action to a secondary role.

The development of technologies and networks assumes a central role in the diplomatic activity, requiring the adoption of new forms of virtual interaction.

The Portuguese diplomatic agents are unaware of the opportunities and threats that concern the diplomatic activity.

In this context, it is essential a technological change, as well as improved organizational structures, and an increase in qualifications that adapt the diplomatic activity to a networked society.

A key step should be a permanent investment in the technological training of diplomats, that may require the creation of an education institution specialized in diplomacy and ICT.

Keywords: Diplomacy; Information; Technology; Network; Communications.

Aos meus pais e à Sofia,

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| Abreviaturas | 2 |
| Resumo | 3 |
| Agradecimentos | 10 |
| Lista de Quadros | 11 |
| Lista de Figuras | 12 |
| Introdução | 14 |
| Parte I | 17 |
| Capítulo I - Diplomacia e Informação | 18 |
| 1.1. Conceito Tradicional de Diplomacia | 18 |
| 1.2. Informação e Conhecimento | 20 |
| 1.3. Diplomacia Virtual | 21 |
| 1.3.1. Diplomacia Virtual e Gestão de Conflitos | 25 |
| 1.4. Diferentes Abordagens da Diplomacia | 26 |
| 1.4.1. Realpolitik | 28 |
| 1.4.2. Noopolitik | 29 |
| 1.4.3. Cyberpolitik | 31 |
| 1.4.4. Netpolitik | 32 |
| | |
| Capítulo II – Diplomacia e Sociedade em Rede | 34 |
| 2.1. Interconexão | 36 |
| 2.2. Evolução das Comunicações | 37 |
| 2.3. A Computação em Rede | 39 |
| 2.4. Web 2.0 | 41 |
| 2.5. Redes Sociais | 44 |
| 2.6. Redes Sociais e Diplomacia | 47 |
| 2.7. O Lado Negro da Computação em Rede | 50 |

| | |
|--|-----------|
| Capítulo III – ‘Novas Diplomacias’ | 52 |
| 3.1. Diplomacia de Ciência e Tecnologia – o caso da UNCTAD | 52 |
| 3.2. Diplomacia de Ciência e Tecnologia – o caso do Japão | 53 |
| 3.3. A Nova Diplomacia Americana | 54 |
| | |
| Capítulo IV – Que Perspectivas Futuras para a Diplomacia? | 56 |
| | |
| Parte II | 60 |
| | |
| Capítulo V – Diplomacia Virtual em Portugal? | 61 |
| 5.1. Utilização de TIC na diplomacia portuguesa e o contexto internacional | 61 |
| 5.2. Questionário | 62 |
| 5.3. Entrevistados e razões para a escolha | 66 |
| 5.4. Descrição do Estudo/Respostas Obtidas | 70 |
| 5.5. Discussão dos Resultados Obtidos | 75 |
| 5.6. A Diplomacia Portuguesa na Era da Informação – Conclusões | 78 |
| | |
| Capítulo VI - Conclusões | 81 |
| | |
| Referências | 84 |

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Isabel Ramos o apoio prestado na orientação do presente trabalho, e o entusiasmo manifestado pela temática do mesmo, desde o primeiro momento.

Gostaria de deixar ainda um agradecimento muito especial ao Sr. Coronel Fernando Freire da Academia Militar, pela insuperável cooperação em fases importantes do presente trabalho e, ainda, ao Professor Manuel Ennes Ferreira do ISEG, à Professora Joana Neves da AICEP e ao Mestre Rui Alves pela colaboração prestada em diferentes fases do trabalho.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Realpolitik vs. Novas Teorias | 27 |
| Quadro 2 – Formas de Organização Económica e Social: Hierarquia vs Rede | 35 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Diplomacia | 19 |
| Figura 2 – A noosfera | 30 |
| Figura 3 – Fluxos de Comunicação – a World Wide Web | 37 |
| Figura 4 – Elementos da Nova Geração da World Wide Web – Web 2.0 | 42 |
| Figura 5 – Redes Sociais | 44 |
| Figura 6 – Implantação global de algumas das principais redes sociais | 45 |
| Figura 7 – Redes Sociais e Diplomacia | 47 |
| Figura 8 – Twitter e Diplomacia | 49 |

“Diplomacy is the art of advancing national interests through the sustained exchange of information among nations and peoples. Its purpose is to change attitudes and behaviour”

Fulton (1998, p. 10)

INTRODUÇÃO

A Era da Informação iniciou-se na década de 60 do século XX, assumindo no momento presente características particulares pela convergência de tecnologias numa única rede integrada, revolucionando o ambiente comunicacional. Estas características assumem um dinamismo muito grande, que obriga a uma adaptação constante de todos os actores sociais.

A contínua evolução das TIC coloca desafios acrescidos a esses actores. O nível de adaptação a esses desafios, será determinante no seu posicionamento relativo num contexto em que novas hierarquias se definem de modo cada vez menos dependente de fronteiras geográficas. As tecnologias de rede, como é o caso da Internet, têm proporcionado um aumento do poder de actores não estatais, em função da captura de muitas das atribuições tradicionais dos Estados, pelo que a actividade diplomática encontra-se hoje sujeita a uma forte concorrência desses actores fortemente apoiados em novos recursos informacionais.

Estes actores (tais como as ONG's, média, organizações terroristas, organizações ambientais e de direitos humanos) ao exercerem algumas das funções tradicionalmente exercidas pelos Estados de uma forma independente de fronteiras físicas, geram uma distribuição mais difusa do poder, menos concentrada tanto geográfica como politicamente. O uso intensivo das TIC, sobretudo ao nível da computação em rede, de acesso crescentemente fácil a um conjunto alargado de pessoas, potencia estas transformações.

Neste contexto, a actividade diplomática terá, forçosamente, de passar por um processo de adaptação à Era da Informação que será muito relevante na forma como a diplomacia será exercida no futuro.

Dado que a informação e a sua gestão consubstanciam o fundamento da actividade diplomática, será importante verificar de que forma uma adequada gestão da informação e do conhecimento poderá potenciar essa actividade, e o modo como o correcto domínio dos instrumentos associados a essa gestão poderá gerar transferências de poder entre actores diplomáticos.

O objectivo fundamental deste trabalho é o de analisar a importância que as alterações tecnológicas verificadas na gestão da informação e da comunicação na actividade diplomática, avaliando em que medida a emergência de novos actores relega a acção estatal para um plano secundário, e averiguar que implicações estruturais estão a ser provocadas pelas TIC emergentes.

Ião ser analisados os benefícios e os riscos associados ao uso de recursos *online* para a actividade diplomática e de como esta actividade, tradicionalmente apoiada nas culturas locais, se irá adaptar a uma nova realidade virtual.

Procuraremos identificar tendências globais, caracterizando também a situação na diplomacia portuguesa em termos da utilização das TIC como ferramenta de suporte à tomada de decisão.

Será analisado o conceito de diplomacia, desde a sua noção mais tradicional até ao conceito de diplomacia virtual, as implicações do novo ambiente comunicacional, verificando o impacto das TIC na diplomacia mundial, passando pela análise da utilização de TIC na diplomacia portuguesa face ao contexto internacional e pelo o papel do Estado perante a emergência de novos actores.

A partir da sistematização da literatura internacional sobre os impactos das TIC na diplomacia mundial, procuraremos caracterizar a situação na diplomacia portuguesa, com o recurso a entrevistas a alguns actores relevantes no exercício da actividade diplomática em Portugal, procurando retirar possíveis recomendações para o exercício da actividade.

Em termos metodológicos, optou-se por uma revisão de literatura partindo do conceito de diplomacia tradicional, passando pelas possibilidades actualmente disponíveis para o exercício da actividade diplomática num contexto virtual, associando-a à computação em rede, identificando algumas tendências internacionais relevantes neste contexto. Por outro lado, a realização de entrevistas a actores relevantes da diplomacia portuguesa com o intuito de caracterizar a actividade no país e de perspectivar as principais tendências futuras, quanto ao exercício eficaz e eficiente da diplomacia no contexto português.

O presente estudo encontra-se estruturado em duas partes. Na parte I, de índole mais teórica, em que se procura introduzir alguns conceitos básicos associados à actividade diplomática, à informação e ao conhecimento, e à descrição da actividade diplomática, face a novas realidades virtuais, e novos meios de comunicação e interacção social,

apresentando ainda alguns exemplos internacionais considerados relevantes. Na parte II, mais assente na prática da actividade em Portugal e na descrição das principais dificuldades e oportunidades que a actividade encerra presentemente no contexto nacional, com o recurso a entrevistas.

No segundo capítulo é apresentado o conceito tradicional de diplomacia, bem como o conceito de diplomacia virtual e diferentes abordagens de diplomacia, sociedade em rede, considerando a utilização de diversas ferramentas de comunicação e novos riscos e ameaças colocados à actividade diplomática e, alguns casos internacionais de uma nova forma de exercer diplomacia.

O terceiro capítulo refere-se às perspectivas futuras para a diplomacia e dos desafios que a actividade enfrentará.

Os capítulos finais referem-se à descrição da metodologia de trabalho, descrição do estudo e apresentação dos resultados obtidos.

O presente estudo termina com as conclusões.

PARTE I

CAPÍTULO I

DIPLOMACIA E INFORMAÇÃO

Nesta secção iremos analisar o conceito tradicional de diplomacia associando-o à informação como matéria-prima base, abordando o conceito de diplomacia virtual, enquanto exercício da actividade diplomática adaptada a um novo ambiente comunicacional e a um novo contexto tecnológico. Verifica-se que o próprio conceito de diplomacia se modificou ao longo do tempo acompanhando o desenvolvimento das TIC, nomeadamente ao nível do tratamento da informação disponível, e do modo como as redes electrónicas afectam hoje o exercício da actividade.

1.1. Conceito Tradicional de Diplomacia

A diplomacia pode ser definida genericamente como a gestão das relações internacionais pela negociação, ou pelo método através do qual essas relações são ajustadas e geridas pelos embaixadores e enviados, tendo em atenção os interesses dos diversos actores. Smith (1999) define diplomacia como “a arte de defender os interesses nacionais através da troca de informação sustentada entre governos, nações e outros grupos. O seu objectivo é o de mudar atitudes e comportamentos como um meio de atingir acordos e resolver problemas. É a prática da persuasão”, em que o exercício de influência sobre a acção de outros grupos é um elemento fundamental (Figura 1), visão semelhante à de Weiser (1997). Moreira (2005, pp. 74-75) define-a como “uma arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados”.

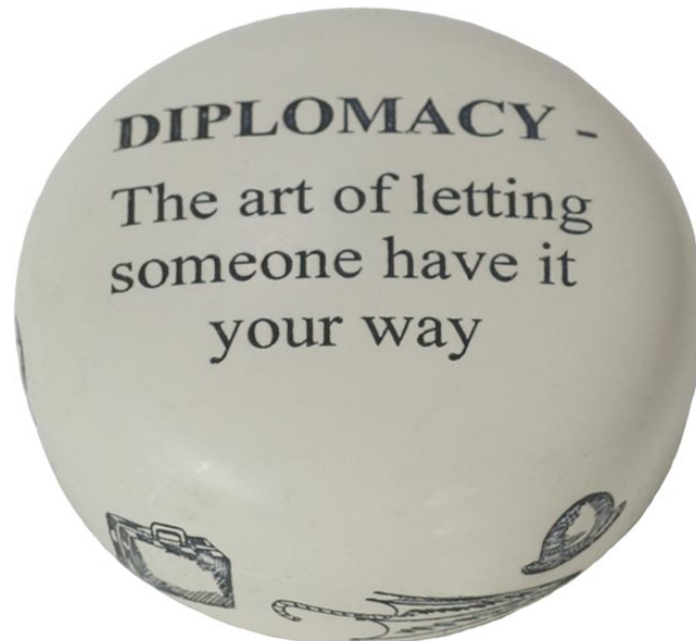


Figura 1 – Definição de diplomacia (Fonte: <http://www.heurism.net/wp-content/uploads/2009/07/diplomacy.jpg>)

White (1999, p. 250) afirma que diplomacia traduz-se na prática num sinónimo de ‘relações internacionais’, ‘política mundial’ ou ‘política externa’. A diplomacia é assim encarada como um processo global e abrangente e não como um acto isolado ou específico, podendo ser encarada numa perspectiva macro (estudo da política mundial como um todo) ou numa perspectiva micro (comportamento de Estados e outros actores na política internacional). Numa perspectiva macro, White considera estarmos perante um processo de comunicações central a nível global, abrangendo a resolução de conflitos pela negociação e diálogo. Numa perspectiva micro, a diplomacia é mais olhada como um método ou ferramenta para atingir um objectivo ou meta, e menos como processo global.

Para Magalhães (1995, p. 90), a diplomacia é um ‘instrumento da política externa para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos pacíficos entre os governos dos diferentes estados pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas partes’.

Por sua vez, Schultz (1997) vem sublinhar outra vertente da diplomacia, afirmando que “a matéria-prima da diplomacia é a informação: a forma como é obtida, acedida e tratada para o benefício de outros”. Schmitz (1997) sublinha também que a obtenção de informação é a razão de ser da diplomacia, enquanto que Smith (2005) refere que a informação, pública ou privada é o sangue da actividade diplomática.

De um modo geral todas estas definições encontram-se centradas na noção de Estado, à excepção de Schultz que vem relevar mais a informação enquanto fundamento da actividade diplomática.

Recentemente tem ganho alguma relevância o conceito de diplomacia pública, enquanto exercício específico de influência sobre públicos estrangeiros¹.

1.2. Informação e conhecimento

Partindo de uma abordagem simples ao conceito de informação, poderá afirmar-se que se refere a dados que são organizados e compostos com o objectivo de explicar uma situação específica.

Informação pode também ser definida como o ‘resultado da agregação e composição desses dados elementares, realizada de acordo com determinados objectivos. É a informação que fornece sentido aos dados de forma a obter descrições de acontecimentos, objectos ou situações’ (Santos & Ramos, 2006: p. 8).

O conhecimento pode ser definido como ‘informação personalizada, ou seja, informação que as pessoas usam para dar significado aos acontecimentos, objectos e situações, construindo modelos mentais que permitem planear a sua acção e implementar essa acção com objectivos e interesses pessoais ou colectivos (idem), ‘consistindo em verdades e crenças, perspectivas e conceitos, julgamentos e expectativas, metodologias e saber-fazer’ (Wiig, 2003: citado por Amaral 2006).

¹ Para uma análise aprofundada do conceito ver, por exemplo, <http://www.publicdiplomacy.org/1.htm>.

Pode ser ainda associado à ‘capacidade para aceder à informação necessária em cada circunstância’ (idem, p. 9), ‘podendo ainda ser visto como um estado mental ou uma forma de compreender a realidade circundante (idem, p. 10).

Winslow & Bramer (2004, p. 155) consideram que há seis características que se têm de verificar obrigatoriamente para que exista conhecimento: ser aplicável ou prático, contextual, experimental, histórico, comum ou social, e individual.

Sousa et al (2000, p.8) consideram que ‘o conhecimento é fonte sustentável de vantagem competitiva das organizações mas a sua criação está nas pessoas’.

A principal distinção entre tipos de conhecimento refere-se à de conhecimento explícito e conhecimento tácito. No primeiro caso, estaremos perante conhecimento que é facilmente codificado e transmitido, no segundo perante conhecimento baseado em grande parte na experiência pessoal, subjectivo e difícil de transmitir e transportar².

Nabo (2006) refere a passagem à ‘diplomacia do conhecimento’ como a “concretização de um novo paradigma de relacionamento internacional”, considerando que a sociedade do conhecimento exigirá também formas diferenciadas de interacção entre os actores internacionais, tanto estados como outros actores não públicos. Verifica-se assim uma ligação prioritária entre inovação e internacionalização, reforçando as relações entre redes internacionais.

1.3. Diplomacia virtual

Tradicionalmente, a diplomacia baseava-se na *realpolitik*³ e na imposição da força (*hard power*) na defesa dos interesses directos dos Estados. Martin (2001) refere que a era da informação cria as condições para que a diplomacia clássica baseada na *realpolitik* e no *hard power*, seja substituída por uma nova diplomacia baseada por exemplo, na

² Para uma análise aos diversos tipos de conhecimento ver, por exemplo, Santos & Ramos (2006) ou Nonaka & Takeuchi (1995).

³ Pode definir-se como realismo, significa que os Estados agem fundamentalmente em função dos seus interesses fazendo uso frequente da força, sem grandes apelos a juízos morais.

*cyberpolitik*⁴ (ou na *noopolitik* de Ronfeldt & Arquilla⁵) e no *soft power*⁶, e adaptada ao novo ambiente comunicacional.

Neste contexto, a Era da Informação cria condições para o surgimento de uma revolução no modo como a diplomacia é exercida. No entanto, e tal como referem Ronfeldt & Arquilla (1999) poderá ser mais difícil operar esta revolução dado que a diplomacia não foi historicamente sujeita a uma concorrência organizacional, o que poderá criar resistências acrescidas à mudança. A actividade diplomática vê-se agora forçada a reagir à crescente concorrência de actores não estatais. Tal como sublinha Guehenno (1997) tal revolução altera necessariamente a relação de poder, aparentemente, em prejuízo dos Estados.

O acesso mais aberto a fontes de informação e canais de divulgação e, sobretudo, à computação em rede provocou o aparecimento de actores não estatais como as Organizações Não Governamentais (ONG), os média ou associações de carácter local, que conseguem actuar de forma independente das fronteiras físicas exercendo funções que tradicionalmente apenas poderiam ser exercidas pelos Estados.

Melissen (2005, p.5) refere que a diplomacia tradicional era um jogo em que os papéis e as responsabilidades dos actores nas relações internacionais estavam claramente delineados, o que hoje não acontece, dado que muitos dos actores já não estão em controlo do cenário internacional como anteriormente. A abertura hoje existente requer uma cooperação a múltiplos níveis entre vários tipos de actores.

Por outro lado, tal como refere Potter (2008) “a ascensão de mundos virtuais e de uma cultura *online* de partilha aberta oferece aos decisores políticos a oportunidade de passar para a transmissão de mensagens num único sentido (os discursos, conferências de imprensa) para o diálogo e comprometimento transnacional”.

Smith (1999) define diplomacia virtual como o meio de conduzir a diplomacia clássica exercida de forma diferente devido a mudanças na tecnologia, dado que é exercida por um conjunto cada vez mais alargado de pessoas, sendo que a gestão dos conflitos abrange um conjunto cada vez maior de tipos de conflitos e de participantes nos mesmos.

⁴ Ver ponto 4.3. deste estudo.

⁵ Ver 4.2.

⁶ Por *soft power* entende-se a capacidade de atingir objectivos fixados condicionando o comportamento de outros Estados através da persuasão em detrimento da coerção.

Rana (2007) refere-se à diplomacia virtual de um modo distinto, considerando a existência de um diplomata virtual, como alguém distinto do diplomata clássico que exerce funções diferentes mas complementares da diplomacia clássica, mas que não tem de estar presente fisicamente no local onde a sua acção é requerida, contactando essencialmente por meio da internet com as suas fontes. De acordo com esta perspectiva, a diplomacia virtual seria mais um instrumento auxiliar da diplomacia clássica, não a substituindo e não ameaçando as relações de poder instituídas e prevaletentes na actividade.

Por outro lado, Rothkopf (2003, p. 223) fala da existência de um efeito ‘de David’ em que um conjunto alargado de pequenos actores acaba por se constituir como uma ameaça importante para os maiores.

Ao contrário do que acontecia anteriormente, em que ‘o controlo da informação e do entretenimento e das imagens e opiniões foi durante muito tempo uma ferramenta fundamental do poder do Estado’ (Castells, 2005), hoje esta perspectiva é diversa, pois assistiu-se a uma privatização generalizada dos sistemas de *mass-media*, e uma conexão generalizada dos cidadãos à Internet.

Bollier (2003, p. 3) fala de uma terceira revolução económica fundamental depois da agrícola (produzir a quantidade necessária de alimentos), e da industrial (alimentada pela grande quantidade de capital), em que é necessário lidar com o aumento da quantidade da informação e da velocidade de processamento da mesma, sendo que as redes electrónicas acabam por penetrar muito mais aspectos da vida, alterando os conceitos de segurança nacional, ganhando as tecnologias de informação e a flexibilidade organizacional uma enorme importância nas relações internacionais.

A diplomacia virtual acentua o uso do *soft power*. Este conceito pode ser definido como “poder cultural” (Nye, 2006), exercido, nomeadamente, através da persuasão, informação pública, educação, cultura, comunicações e marketing tendo em vista a predominância de interesses, valores e políticas.

Tradicionalmente, os diplomatas eram os únicos interlocutores entre países. No entanto, actualmente existe uma comunicação que não é intermediada e uma troca de informações entre cidadãos que ocorre vinte e quatro horas por dia, com um acesso cada vez mais generalizado à Internet. Neste contexto, os diplomatas deverão tentar tirar partido e

adaptar-se a uma mudança que, à partida, se apresenta como um desafio exigente ao modo como é exercida a sua actividade. Novos modos de comunicar, como a videoconferência, traduzem-se também em novos desafios. Poderemos dizer que a diplomacia virtual vem conferir uma dimensão etérea à actividade, pelo uso das novas TIC, hoje imprescindível face aos desafios que um novo contexto internacional lhes coloca. Esta é uma mudança cuja face visível é, em grande medida, a tecnologia.

Tal como refere Christodoulides (2005), a internet pode ser considerada como um instrumento diplomático único, através do qual as ideias e valores de um governo poderão ser expressas globalmente, ajudando a criar um contexto favorável à adopção dos valores pretendidos.

No entanto, os desafios resultantes da mudança tecnológica transcendem largamente a dimensão estritamente tecnológica, e exigem, sobretudo, mudanças nas estruturas organizacionais das entidades envolvidas. Smith (2003) considera que os desafios que a diplomacia virtual coloca à diplomacia tradicional só apenas em 10% são tecnológicos, sendo 90% relacionados com cultura organizacional, prioridades de recursos humanos e procedimentos operacionais.

Estes desafios vêm propiciar oportunidades a actores que têm permanecido relativamente marginalizados do exercício da actividade diplomática tradicional. Países como o Djibouti encaram a diplomacia virtual como uma forma de dar voz a países em desenvolvimento que não o conseguiram fazer de forma eficaz através da via tradicional, em função de limitações humanas e financeiras (Nzioka, 2007). Deste ponto de vista há uma potencialidade de inclusão acrescida da diplomacia virtual e um novo campo de oportunidades a explorar por actores tradicionalmente ausentes dos processos de decisão a uma escala global.

Por outro lado, o facto de grande parte da informação não poder ser hoje mantida como secreta leva a uma mudança de abordagem por parte dos governos. A título exemplificativo, refira-se o caso do governo canadiano que consultou os seus cidadãos on-line relativamente a um possível papel do país na crise haitiana iniciada no final de 2002 (Smith, 2003) antes de tomar uma decisão definitiva. Podemos dizer que a diplomacia virtual apresenta maiores oportunidades de partilha, discussão e debate com os cidadãos face à diplomacia tradicional.

Potter (2008) refere também o exemplo da *International Fund for Animal Welfare* que, em 2007, criou um espaço *online* na rede *Second Life* para protestar contra a caça de focas com harpa. O governo canadiano, ao não fazer face a esta campanha neste espaço virtual, acabou por deixar um espaço por ocupar relativamente à defesa das suas posições, ficando em desvantagem perante a opinião pública. De facto, se uma campanha for efectuada por uma ONG num espaço virtual e conseguir chegar a um número importante de cidadãos, isso poderá vir a ter repercussões noutros meios de comunicação, forçando, cada vez mais, os governos a uma reacção nesse mesmo contexto virtual.

Por outro lado, a diplomacia virtual poderá também implicar algumas limitações ao exercício livre da actividade diplomática e à criatividade dos diplomatas. Finn (2000) refere que a autonomia dos diplomatas foi fortemente reduzida dada a diminuição da distância efectiva entre a embaixada e o país de origem, propiciando um controlo mais próximo sobre o diplomata, tornando-o mais directamente dependente da estrutura hierárquica na sua acção diária.

1.3.1. Diplomacia Virtual e Gestão de Conflitos

A gestão de conflitos vai hoje muito além dos Estados, não se referindo apenas a conflitos estatais. A diplomacia terá de desempenhar um papel muito relevante na prevenção dos conflitos abrangendo e influenciando actores tanto estatais como não estatais. A diplomacia virtual poderá desempenhá-lo fazendo uso das novas TIC na condução das relações internacionais, particularmente na forma como afectam a gestão internacional de conflitos e a sua resolução, abrangendo muito mais que os conflitos armados.

Neste contexto, a Internet poderá ser muito relevante na interligação entre as ONG, agências governamentais e Estados⁷, e a substituição de unidades territoriais homogéneas por colectividades heterogéneas. Este contexto, na ausência de uma acção diplomática

⁷ Smith (1999) sublinha a importância dos sites do Conflict Management Group, do Institute for Multi-Track Diplomacy, do Carter Center.

eficaz poderá ameaçar a justiça e a paz a um nível global, criando uma verdadeira lei da selva⁸.

Rosenau (1999) refere-se a esta problemática afirmando que muitas das tarefas exercidas tradicionalmente pelos Estados passarão a ser desempenhadas numa multiplicidade de sistemas no contexto de um mundo multi-cêntrico que poderão, na opinião deste autor, ameaçar o equilíbrio entre actores pela ausência de um eixo de poder. Refere ainda ser necessária uma acção forte dos Estados, sendo imperioso que as novas TIC permitam o desenvolvimento de práticas diplomáticas inovadoras e efectivas que combatam a fragmentação que se verifica no mundo, o enfraquecimento dos Estados e o pluralismo da autoridade.

Smith (2005) e Schall (1998) realçam o atraso dos agentes diplomáticos face ao sector privado e à comunidade não governamental, não apenas no *hardware* utilizado mas também na criatividade com que aplicam as TIC, muito embora seja inegável a transformação resultante da utilização de tecnologias de informação.

1.4. Diferentes abordagens da diplomacia

No século XIX e no início do século XX, a diplomacia referia-se sobretudo à gestão da paz e da guerra, sendo que a partir do pós-guerra as questões económicas e comerciais ganharam importância crescente, mantendo-se a monitorização das questões associadas à segurança. Por outro lado, o aumento exponencial de Estados a partir desse período veio também tornar o ambiente diplomático mais complexo.

Deibert⁹ fala de uma ordem mundial “pós-moderna” em que os Estados começam a eclipsar-se em favor dos actores não estatais. As novas formas de comunicação vêm permitir que os actores não estatais transponham as fronteiras geográficas, levando a que os Estados percam o controlo absoluto sobre a sua prerrogativa diplomática, sendo que os actores não estatais, fazendo uso das TIC, acabam por roubar muita da iniciativa

⁸ Poderá ser aqui estabelecido um paralelismo com a previsão de caos mundial efectuada por Robert Kaplan (1994) no seu artigo “The Coming Anarchy”, assente também na perda de autoridade dos Estados e na propagação de uma lei da selva a uma escala global.

⁹ Citado por Martin (2001)

diplomática aos governos. Fulton (1998, p. 8) refere a este respeito que a ‘hierarquia está a dar lugar à lógica de rede’, e a abertura a vencer o segredo e a exclusividade.

O Quadro 1 apresenta um estudo comparativo de um conjunto de novas abordagens da diplomacia.

Quadro 1 – Realpolitik vs. Novas Teorias

| | <i>Realpolitik</i> | Novas teorias | | |
|-------------------------------------|--|--|----------------------------------|---|
| | | <i>Noopolitik</i> | <i>Cyberpolitik</i> | <i>Netpolitik</i> |
| Força | <i>Hard power</i> | <i>Soft power</i> | | |
| Actor predominante | Estado | Múltiplos actores – lógica de rede | | |
| Características fundamentais | Acção livre e independente do Estado; Hierarquia bem definida | Conhecimento em detrimento da força; Consciência planetária – sistema alargado de processamento da informação | Conhecimento como fonte de poder | Rede como princípio organizacional na diplomacia; Disseminação da informação |
| | Rivalidade | Cooperação | | |
| | Primazia do interesse individual | Primazia de interesses partilhados | | |
| | Informação pouco partilhada | Partilha de informação | | |

1.4.1. *Realpolitik*

Realpolitik pode definir-se como a “o exercício da diplomacia em que se sobrepõem as considerações práticas em detrimento das noções ideológicas”¹⁰. A noção terá sido introduzida na prática diplomática por Von Rochau durante o século XIX. Nos dias de hoje a noção está particularmente associada aos conflitos pelo controlo de recursos naturais. Ronfeldt & Arquilla (1999) associam o seu uso no governo americano durante a Presidência de Richard Nixon pela influência de Henry Kissinger, tido como uma das grandes referências desta prática diplomática no sec. XX.

A *realpolitik* associada à diplomacia clássica defende os interesses estatais criando e preservando um equilíbrio de poder que impede qualquer Estado de se tornar demasiado poderoso, mantendo a ordem e evitando o caos, num contexto centrado no Estado. Um dos sinais de enfraquecimento da *realpolitik* é o facto de requerer uma acção livre e independente dos Estados. As interconexões transnacionais complexas estão a limitar essa liberdade, condicionando a autoridade estatal. Por outro lado, a *realpolitik* destina-se a defender os interesses nacionais, sendo que actualmente emerge um conjunto de assuntos globais, como por exemplo questões associadas ao ambiente e à segurança, que só poderá ser analisado e compreendido a essa escala, não sendo solucionáveis quando analisados numa lógica isolada e parcelar.

Nesta abordagem, a utilização de TIC assenta muito no *clipping*¹¹, no suporte à alimentação de bases de dados extensas, no armazenamento da informação, por agentes estatais, enquanto que as novas abordagens fazem um maior apelo ao conhecimento enquanto fonte de poder numa sociedade em rede.

Dada a falência da *realpolitik* face às características muito distintas do mundo actual, mais interdependente em função do desenvolvimento das TIC, surgiram novas abordagens procurando obter uma maior capacidade explicativa da actividade diplomática na actualidade exercida numa sociedade mais organizada em redes e menos dependente de hierarquias rígidas.

¹⁰ www.merriam-webster.com/dictionary/realpolitik

¹¹ Refere-se à recolha e arquivo de recortes de artigos de imprensa (<http://www.wordreference.com/enpt/clipping>)

1.4.2. *Noopolitik*

Ronfeldt & Arquilla (1999; 2007) falam da existência e da criação de uma noosfera, termo criado pelo teólogo Teilhard de Chardin, para designar uma espécie de consciência planetária ligada em rede, consubstanciada numa síntese entre pessoas de nações diferentes e culturas diferentes. A noosfera (ver Figura 2) é considerada uma dimensão muito vasta que inclui o ciberespaço¹² e a infosfera¹³ definida como um sistema de processamento da informação comparável à mente humana.

Para lidar com esta realidade, estes autores consideram necessária a *noopolitik*, como um novo paradigma para a diplomacia que transcende a *realpolitik* e está mais adaptada a lidar numa relação de forças reequilibrada entre Estado, mercado, actores da sociedade civil.

¹² De acordo com Ronfeldt e Arquilla (2007) refere-se ao sistema global de computadores ligados à Internet, infraestruturas de comunicação, bases de dados. Pode significar a Internet, mas também os ambientes electrónicos e infra-estruturas críticas das empresas, governos e exércitos. É a mais recente fonte de poder e propriedade no mundo. Encontra-se muito associado à tecnologia empregue.

¹³ Mais abrangente que o ciberespaço, a infosfera inclui, para além da vertente tecnológica a que o ciberespaço se refere, os sistemas de informação, os média, bem como instituições e bibliotecas, mesmo que não electrónicas. No contexto militar, inclui os sistemas de comando, controlo, computadores, comunicações, *intelligence*, vigilância e reconhecimento. Pode ser definida como o conjunto do ambiente e infra-estrutura global de informação [Ronfeldt e Arquilla (2007)].

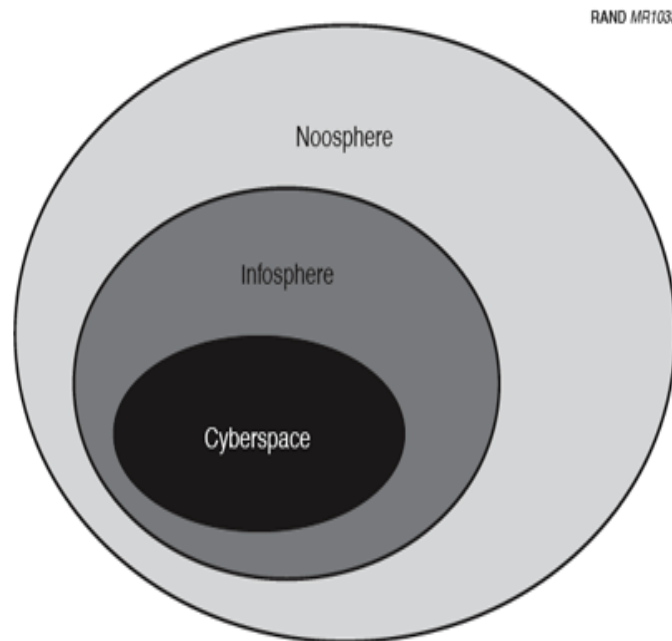


Figura 2 – A Noosfera (Fonte: Ronfeldt, Arquilla, 1999)

Consideram também que a emergência do *soft power* (ou poder derivado das estruturas de conhecimento, tal como definido por Susan Strange, citada por Tooze (2000)) vem tornar a *noopolitik* mais implementável, devendo os diplomatas adaptar-se a uma realidade de equilíbrio de conhecimento em detrimento de uma realidade assente no equilíbrio de forças.

Poderá falar-se de um equilíbrio de conhecimento como referência para a defesa dos interesses estatais. Os equilíbrios deixam de ser obtidos pela imposição da força de um Estado sobre outro através da centralização e controlo de todo o processo pelo Estado e da defesa dos seus interesses exclusivos, passando-se para um contexto de maior interdependência, em que o Estado já não detém todo o controlo sobre o processo, o que não permite agir de modo unilateral, sendo muitas vezes mais importante a obtenção de consensos através da criação e partilha de conhecimento.

Em resumo, a *noopolitik* constitui-se como uma abordagem à diplomacia que sublinha a partilha de interesses, ideias, valores, normas, leis e ética através do *soft power*, abrangendo redes de actores estatais e não estatais, ao contrário da *realpolitik* que abrange apenas Estados. Ronfeldt & Arquilla (2007) consideram que a emergência de líderes como Nelson Mandela e George Soros (cuja ascensão pouco terá tido a ver com *realpolitik*) reflectem a emergência da *noopolitik*. Estes autores apontam ainda como reflexos da emergência da *noopolitik* as campanhas da Greenpeace contra a realização de testes nucleares ou a acção de ONG americanas pela defesa dos direitos humanos em países como o Myanmar e a China.

Um dos exemplos mais claros da importância da *noopolitik* será o da *wikipedia*. Steven (2008, p. 4) sustenta terem sido necessárias cem milhões de horas de pensamento humano para a criar, correspondendo a uma mudança na forma como as pessoas utilizam o seu cérebro. De acordo com este autor, esta é uma mudança de tal forma radical que apenas encontrará paralelismo na Revolução Industrial. De acordo com esta perspectiva, o exercício da diplomacia será mais eficaz quanto melhor considerar e compreender a existência de uma noosfera que potencia uma partilha crescente da informação e do conhecimento que abrange redes de actores sociais estatais e não estatais.

1.4.3. Cyberpolitik

Por outro lado, a nova teoria apelidada de *cyberpolitik*, apresentada por Rothkopf (1998) revela alguns pontos em comum com a *noopolitik* de Ronfeldt & Arquilla, adaptando-se bem ao novo contexto internacional, realçando a importância do *soft power* informacional para expressar ideias, valores normas e éticas através da comunicação social.

O termo *cyber* deriva da palavra inglesa *cybernetic* (cibernético) e é utilizado para caracterizar algo que possui uma grande concentração de tecnologia avançada, estando normalmente associado a uma realidade virtual.

A *cyberpolitik* transcende a *realpolitik* ao adaptar-se ao conhecimento enquanto fonte de poder e estratégia, o que não acontece com a *realpolitik*. A *cyberpolitik* reconhece a importância dos actores não estatais.

Para Rothkopf (1998), a *cyberpolitik* é a *realpolitik* do amanhã, procurando atingir os mesmos fins numa realidade diferente, em que os actores não são já exclusivamente os Estados, mas em que o mais poderoso continuará a prevalecer, com uma utilização substancialmente diferente de fontes, instrumentos e medidas.

No contexto diplomático torna-se relevante a absorção de impulsos éticos provenientes de actores não estatais, que participam de forma crescente e decisiva na prevenção e resolução de conflitos.

1.4.4. *Netpolitik*

Esta abordagem proposta por Bollier (2003) procura compreender e lidar com o mundo do século XXI de alta tecnologia, estruturas em rede, comunicações rápidas e insegurança global. Em face de uma mudança das regras na diplomacia internacional e da Era da Informação, surgiram novas batalhas diárias ao nível da diplomacia que procuram captar a atenção e lealdade das pessoas. Tal só poderá ser implementado através de uma série de redes e de uma variedade de meios de comunicação social. A *netpolitik* vem assim significar a importância da rede como princípio organizacional na condução dos assuntos internacionais.

Tal fundamenta-se, em grande medida, na baixa do custo de transmissão da informação através da Internet, que veio potenciar a capacidade das ONG, académicos, e indivíduos usarem a rede para criar as suas próprias plataformas globais e influenciar politicamente as tomadas de decisão do poder político. ‘Com o aumento da velocidade de informação e dos tipos de informação disponível, a arquitectura das relações internacionais está a mudar de forma dramática’ [Bollier (2003, p. 2)].

A *netpolitik* assenta numa abordagem *soft* relevando a importância da legitimidade moral, identidade cultural, valores sociais e percepção pública, considerando as novas infraestruturas de comunicação globais como a Internet, a televisão, os filmes e a música como uma nova arena para o diálogo internacional e o conflito.

Tal significa que a Internet e a análise dos media fazem parte do trabalho diplomático diário.

Bollier (2003, p. 38) sublinha que a Internet já não é uma força periférica na condução da política internacional, transformando não apenas as economias mas também os valores, as identidades e práticas sociais, num espaço alargado sem fronteiras físicas definidas. A velocidade da informação e um maior pluralismo nas relações internacionais representam novos desafios ao poder do Estado-Nação à diplomacia tradicional. A Internet apresenta uma enorme abrangência desde o exercício do poder estatal e militar até à identidade pessoal e valores sociais. No entanto, este autor sublinha ser ainda muito cedo para ter uma ideia precisa dos efeitos que a massificação do uso da Internet terá na política internacional.

Tanto a *noopolitik*, como a *cyberpolitik*, ou a *netpolitik*, apresentam características comuns pois procuram explicar e apresentar as linhas orientadoras de uma eficaz prática diplomática num contexto de grande desenvolvimento das TIC e em que a organização social sofreu mudanças importantes pela multiplicação de actores relevantes a uma escala mundial e pela perda de importância relativa do Estado. No entanto, a *noopolitik* apresenta a característica distintiva de considerar a existência de uma consciência planetária colectiva alimentada por múltiplos contributos individuais que poderá espelhar o funcionamento de uma sociedade em rede a uma escala global, em que a cada cidadão, ONG que representam a sociedade civil, comunicam e tornam-se ‘escutáveis’ muito mais facilmente, em parte devido às novas TIC.

CAPÍTULO II

DIPLOMACIA E SOCIEDADE EM REDE

Uma das características fundamentais da Era da Informação é a computação em rede em que uma única rede integrada de comunicações digitais acaba por centralizar um conjunto vasto de funções desde a comunicação por voz, televisões, computadores, abrangendo um conjunto crescente de aspectos da vivência diária dos cidadãos. Tal reflecte também uma alteração da forma de organização da própria sociedade, assente cada vez mais nas redes em detrimento das estruturas organizacionais assentes em hierarquias rígidas. O Quadro 2 faz uma pequena síntese das principais características distintivas destas duas formas de organização económica, a partir da análise de Powell (1990, p. 300).

O entendimento do modo de funcionamento das redes, ou das estruturas em rede, é hoje fundamental para o entendimento da dinâmica da sociedade, sendo também por isso, imprescindível para o desempenho eficaz da actividade diplomática na Era da Informação. Até porque a disseminação de organizações estruturadas em rede obriga a que essas organizações só possam ser combatidas por outras organizações estruturadas da mesma forma. Como sustentam Ronfeldt & Arquilla (2001), são precisas redes para combater redes. A evolução organizacional tanto quanto as qualificações técnicas, podem ser a melhor forma de assegurar a liberdade, privacidade e segurança.

Quadro 2 – Formas de Organização Económica e Social: Hierarquia vs Rede¹⁴

| | Formas de Organização | |
|---|------------------------------|-----------------------------|
| | Hierarquia | Rede |
| Base Normativa | Relação de Emprego | Complementaridade de Forças |
| Meios de Comunicação | Rotinas | Relacional |
| Métodos de Resolução de Conflitos | Supervisão | Reciprocidade |
| Grau de Flexibilidade | Baixo | Médio |
| Clima | Formal/Burocrático | Aberto/Benefícios Mútuos |
| Preferências ou Escolhas dos Actores | Dependentes | Interdependentes |

Fonte: Powell (1990, p. 300) - *Adaptado*

De um modo semelhante Heckscher & Adler (2005, pp. 16-17) defendem a necessidade de uma comunidade colaborativa (ou em rede) enquanto forma de organização social mais evoluída e como maneira eficaz de estimular a criação de conhecimento, o que só poderá acontecer em rede e assente num trabalho de equipa, sublinhando a inadequação das estruturas hierárquicas rígidas.

¹⁴ Não foi objectivo deste trabalho a análise aprofundada das diferentes formas organizacionais. Para uma análise mais aprofundada, ver por exemplo Ronfeldt (2009), “The Four TIMN forms compared”, em <http://twotheories.blogspot.com/>

2.1. Interconexão

Martin (2001) fala de uma transição de interdependência para interconexão. Enquanto a primeira se caracterizava pelo crescimento de empresas transnacionais e organizações multilaterais, a segunda apresenta como actores os média, organizações de direitos humanos, ambientalistas e indígenas, que actuam como actores globais com agendas globais, assentes no uso de novas tecnologias, sobretudo comunicações electrónicas, que geram um novo ambiente comunicacional a que os diplomatas se deverão adaptar.

No entanto, no novo ambiente comunicacional poderá existir uma redistribuição funcional entre actores estatais e não estatais, dado que os Estados já não conseguem ter o monopólio do contacto internacional e, conseqüentemente das relações diplomáticas.

Wriston (1997) associa a este novo ambiente comunicacional uma erosão da soberania, definida como o poder de uma nação impedir que os outros interfiram nos seus assuntos internos, dado que actualmente nenhuma nação pode impedir o fluxo de informação através das fronteiras nacionais, o que veio alterar, em grande medida, a economia internacional, pela incapacidade dos estados em utilizar eficazmente instrumentos proteccionistas tradicionais.

Contudo, embora possa parecer que o número de encontros presenciais esteja a diminuir, havendo muito mais comunicação através de meios electrónicos, fazendo com que muita da diplomacia hoje seja diplomacia virtual, a verdade é que as facilidades de transporte actualmente existentes também facilitam a mobilidade dos agentes diplomáticos. Desta forma, o saldo poderá não ser claro, sendo evidente uma importância ainda muito relevante da comunicação directa.

2.2. Evolução das comunicações

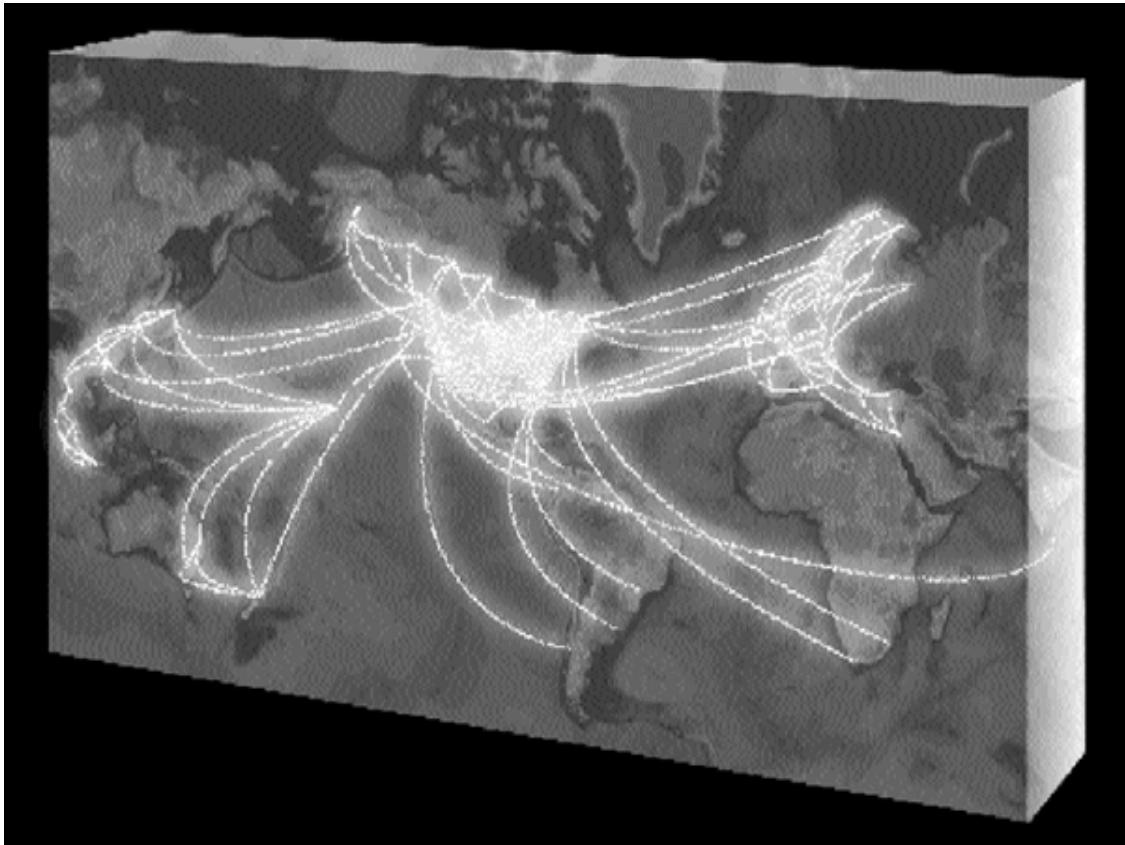


Figura 3 – Fluxos de Comunicação – a World Wide Web

(Fonte: http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://www.rand.org/publications/randreview/issues/rr.12.00/Images/traffic.gif&imgrefurl=http://www.rand.org/publications/randreview/issues/rr.12.00/transcendental.html&usq=__E4vGcNFzwKSmabDmJbI5Lg4Iso4=&h=395&w=600&sz=153&hl=pt-PT&start=3&tbnid=rde3wFTkut_1LM:&tbnh=89&tbnw=135&prev=/images%3Fq%3Drand%2Binformation%2Bweb%26gbv%3D2%26hl%3Dpt-PT)

Uma mudança no modo de comunicar vem favorecer algumas instituições e actores enviesando o controlo da comunicação em favor de uns, e em detrimento de outros, sendo que uns actores serão mais preponderantes num determinado novo ambiente comunicacional face ao ambiente previamente existente. Martin (2001) lembra a este

respeito que a ascensão do moderno sistema estatal é em grande medida o resultado de uma mudança no modo de comunicar, sustentando que o domínio da Igreja Católica na Idade Média resultou de uma mudança no modo de comunicar, controlando a produção ideológica que suportava o seu exercício do poder, fazendo uso do pergaminho como ferramenta de comunicação. A passagem do pergaminho para a impressão ao massificar o uso de documentos em papel, vem permitir o registo e arquivo de um conjunto vasto de informação controlado pelo Estado, e veio contribuir para a criação de uma burocracia de Estado¹⁵, que através de mecanismos formais centraliza a informação considerada relevante, alterando novamente a relação de forças.

Mais recentemente podemos falar de um novo ambiente de comunicações que se tem desenvolvido no último século e meio, iniciado nos 1830's com a invenção do telégrafo, pela fotografia em 1838 e pelo telefone em 1876. Destas viriam a surgir importantes inovações como a rádio e a televisão. Com a II Guerra Mundial e com a Guerra Fria surgem novos progressos associados ao desenvolvimento da investigação na área da microelectrónica. Os avanços nesta área vieram potenciar o poder de processamento dos computadores reduzindo simultaneamente o seu custo. Os aumentos de capacidade de processamento conduziram a uma explosão no acesso, armazenamento e análise da informação.

Wriston (1997) sustenta estarmos a viver uma terceira grande revolução da história, sucedendo a implementação da Revolução da Informação à Revolução Agrícola e à Revolução Industrial.

Do mesmo modo Jauch (1997) refere que a exploração das potencialidades das TIC, de forma a reinventar as empresas e o governo, são dois dos principais desafios colocados a essas instituições.

De facto, as TIC têm provocado um conjunto de transformações profundas no modo como a informação é gerida com repercussões expressivas a nível económico e social, afectando de forma inevitável o exercício da actividade diplomática.

Como forma de ilustrar a importância dos meios de comunicação na actividade diplomática (*mass diplomacy*) poderá ser útil citar Morgenthau (citado por Pahlavi (2003,

¹⁵ Poderá considerar-se um conjunto de procedimentos em que os assuntos são resolvidos por um conjunto de funcionários sujeitos a uma hierarquia e regulamento rígidos e por uma elevada centralização.

p. 7) a *mass diplomacy* “não procura a conquista de um território ou o controlo da vida económica mas a conquista e controlo das mentes dos cidadãos”¹⁶. Esta forma de diplomacia caracteriza-se também por procurar identificar as pessoas-chave de um território e influenciar os seus governos, criando se possível laços emocionais que potenciem uma melhor difusão de uma opinião. Por outro lado, é muito mais barato usar a *mass diplomacy* no contexto internacional que o poder militar.

Note-se as implicações ao nível da segurança nacional. Pahlavi (2003, p. 14) refere que as novas ferramentas de informação e comunicação são tão importantes para a segurança nacional como o poder económico, político e militar. O controlo dos média pelos governos poderá incluir-se aqui, sendo a própria comunicação social de um país um actor-chave.

2.3. A Computação em rede

O paradigma do novo ambiente de comunicações é o recente desenvolvimento da computação em rede. A principal propriedade deste novo ambiente pode ser comparada a um sistema nervoso central planetário composto por uma rede de dispositivos de comunicação, telefones, faxes, televisões, computadores, *pda*'s que, interligados, formam uma única rede integrada de comunicações electrónicas digitais. Trata-se de uma rede que nunca é desligada, trabalhando à velocidade da luz, penetrando cada vez mais os diversos aspectos da vivência humana passando pela utilização de computadores portáteis até aos telemóveis, constituindo uma “moderna ordem mundial” (Martin, 2001). Solomon and Brown (2005, p. 1) sublinham também a ‘reconfiguração da ordem internacional’ em resultado da disseminação das TIC.

Curran et al (1997, p. 5) sublinham a mudança do ‘establishment diplomático’ pela TI. Num nível mais básico o processamento automático dos vistos e de documentação consular corrente está a permitir ganhos de eficiência bastante significativos, permitindo também um reforço dos meios de comunicação entre as embaixadas.

¹⁶ Poderemos associar este conceito ao *soft power*. Insere-se no exercício de ‘poder cultural’ tal como definido por Nye (2006).

Por sua vez, Ronfeldt & Arquilla (2001, p. 2) fazem referência ao facto de, a nível teórico, as redes serem cada vez mais encaradas como a forma de entender toda a vida humana, considerando-as como a próxima grande forma organizacional depois das tribos, hierarquias e mercados. Tal significa que serão as redes a lidar cada vez mais com as diversas formas de conflito social em detrimento das hierarquias, traduzindo-se neste momento como a mais evoluída forma organizacional.

Bollier (2003, p. 8) sustenta que a rede é flexível e ágil, permanentemente apta a reconfigurar-se para fazer face a novos desafios conferindo uma vantagem competitiva àqueles que estiverem mais aptos a partilhar, trocar e receber a informação mais relevante. As redes baixam o custo de acção colectiva, tornando os grupos grandes e dispersos aptos a organizar e influenciar eventos mais que nunca (Metzl, 2001, p.1). Neste contexto de democratização do acesso à informação por diversos grupos (não exclusivo já do Estado) as tradicionais fontes de informação diplomáticas (espionagem, informação classificada) tornam-se cada vez menos importantes.

Tal como sustenta Solomon (2000), a adaptação ao achatamento hierárquico, caracterizador da actual Era, representa um desafio particular para os agentes diplomáticos e instituições, facilitando, por exemplo o contacto entre um diplomata no terreno e um membro de um governo.

A Era da Informação veio produzir uma nova fonte de riqueza que não é material, (a informação), transformando a prossecução da riqueza crescentemente como a busca de informação e a sua aplicação aos meios de produção. No entanto, novos desafios emergem, sendo que num contexto de grande disponibilização de informação, torna-se relevante saber que informação é fidedigna e que informação é incorrecta ou manipulada. Bollier (2003, p. 10) realça o facto de as novas variedades de informação estarem a criar novos dilemas, “como poderão os líderes políticos e diplomatas verificar a fiabilidade das fontes? Que notícias contam e que análises políticas importam, quais deverão ser desconsideradas? Quanto à credibilidade percebida de uma fonte pode mostrá-la respeitável independentemente da dúbia qualidade da informação?”.

Theros (2001) refere a sobrecarga da informação como um dos principais problemas associados à actividade diplomática virtual. As TIC acabam por ser ainda muito usadas para aceder e obter mais informação obrigando a um esforço adicional muito relevante e

dispendioso para o seu tratamento. Pelo que o papel da diplomacia virtual deverá passar de “uma recolha de dados e relato de acontecimentos para a análise desses acontecimentos provendo-a de um contexto e de uma interpretação”. Deste modo, a diplomacia virtual ajudaria o decisor político a seleccionar a informação mais fiável e relevante, reduzindo a sobrecarga de informação em vez de reforçá-la (Curran, 2003, p. 5).

Por outro lado, a absorção da informação pode tornar-se mais difícil através da Internet, dado encontrar-se descontextualizada do orador original, da localização física e das circunstâncias sociais. A credibilidade irá assim assentar muito no contexto social, na origem da mensagem e na identidade do emissor.

2.4. *Web 2.0*

A noção de *Web 2.0*, ou de um modelo de Internet em que o conteúdo é criado e partilhado pelos utilizadores, deu lugar a alguns dos sítios mais populares da Internet (Cieslak, 2006). De acordo com uma responsável da *Bebo* “É muito poderoso, penso que é a primeira vez que os indivíduos têm o poder” (Cieslak, 2006).

Potter (2008) sublinha o potencial inovador da *Web 2.0* e as experiências dos governos que usam novas aplicações de redes sociais, examinando os benefícios da aplicação da *Web 2.0* à diplomacia. Potter refere que uma segunda geração de software baseado na Internet, conhecido como *Web 2.0*, apresenta o potencial de mudar o modo como os ministérios dos negócios estrangeiros gerem o conhecimento e comunicam com públicos mais ligados à rede, diversos e fragmentados. Este autor sublinha que as aplicações *Web 2.0* como o trabalho cooperativo em rede (*wikis*), os blogues e redes sociais como o *Facebook*, *Youtube* e o *Second Life* podem reforçar as relações existentes e construir novas, pela educação e mobilização dos cidadãos, encorajando a co-criação de políticas.

A Figura 4 sintetiza um conjunto de elementos e interações associados à *Web 2.0*. Note-se as extensas possibilidades de interacção que, associadas a um conjunto alargado de recursos tecnológicos e meios de comunicação, permitem uma revolução na interacção entre pessoas e grupos.

Elements of the Web's Next Generation

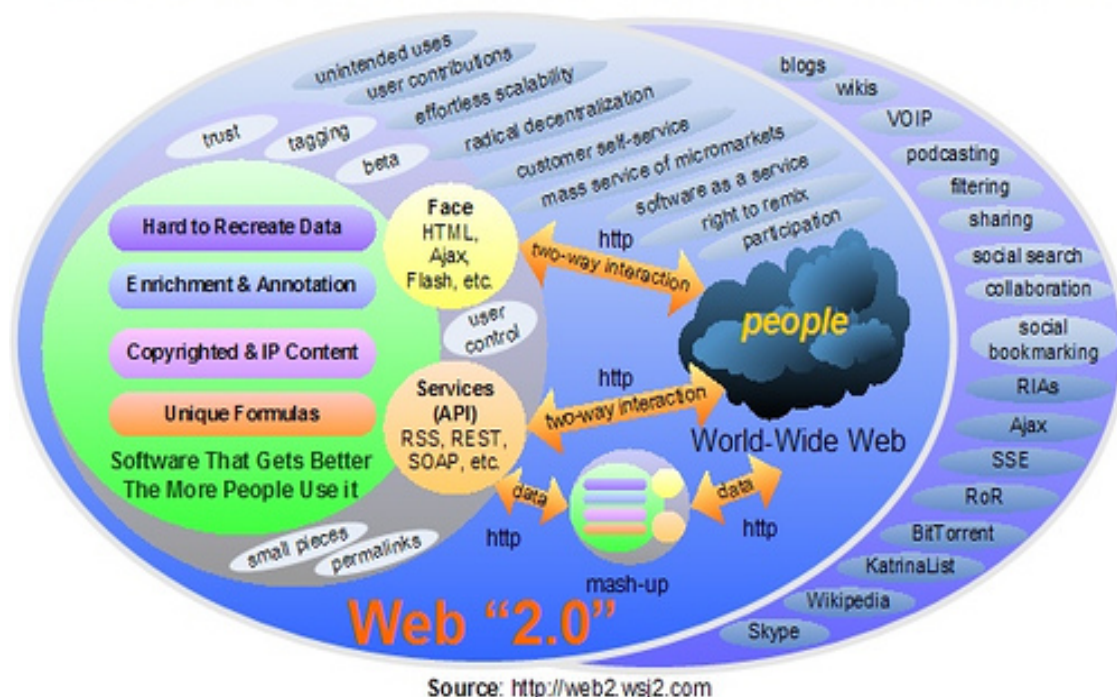


Figura 4 – Elementos da Nova Geração da *World Wide Web* – *Web 2.0*
(Fonte: <http://web2.wsj2.com>)

Potter (2008) sustenta que a Web 2.0 irá redefinir o modo como os agentes diplomáticos irão comunicar e colaborar com o público mais do que qualquer outra tecnologia anterior, dado que esta permite uma interação.

Este autor refere que a principal diferença entre a *Web 1.0* e a *Web 2.0* é que no primeiro caso apenas os profissionais dominaram a criação de conteúdos *online*, enquanto no segundo são os utilizadores amadores que dominam o processo criativo, criando porque gostam de o fazer e não porque o tenham de fazer. Esta nova lógica vem possibilitar uma grande colaboração *online* entre os governos e entre os governos e os cidadãos numa óptica global e em assuntos de natureza mundial como a exploração de recursos naturais, desenvolvimento sustentável ou conflitos interétnicos.

Kotok (2003) refere o exemplo da utilização de novas TI na diplomacia americana como tecnologias avançadas de gestão do conhecimento (exemplo do XML) que permitiram às

embaixadas obter a informação específica necessária e associá-la a mensagens mais rapidamente, possibilitando rapidez e precisão na comunicação.

Rothkopf (2008, p. 280) refere que “as ferramentas de informação que estão ao dispor das novas elites são muito mais eficazes. Os seus membros usam a Internet para expandir e manter as suas redes, para construírem uma aliança virtual, à escala global, dos que partilham os seus pontos de vista”. Rothkopf (2008, p. 294) refere que as redes sociais “abriram um novo mundo de perseguição na Internet, alterando o modo de interacção”.

Uma nova tendência que se tem verificado no âmbito da *Web 2.0* é o fornecimento por parte de empresas especializadas de plataformas de redes sociais de *marca branca*, que permite aos clientes construir a sua própria rede social e adaptá-la a propósitos e características diversas. A ideia é a de manter no anonimato o fornecedor da plataforma, realçando apenas a identidade do cliente (Hendrickson, 2007). Na prática, poderão traduzir-se em soluções alojadas num servidor do fornecedor, no simples *download* de aplicações ou na construção de uma rede baseada nas necessidades do cliente e em que lhe é prestado um apoio muito próximo.

2.5. Redes Sociais



Figura 5 – Redes Sociais

(Fonte: www.informaticisenzafrontiere.org/viewen.php?id=9)

Redes sociais como o *hi5*, *LinkedIn*, *Facebook*, *MySpace* ou *Bebo* têm atraído milhões de utilizadores de forma crescente por todo o mundo, afectando significativamente o seu dia-a-dia. O primeiro sítio de rede social surgiu no final do século passado tendo o ano de 2003 representado uma explosão de novos sítios. Hoje existem centenas de sítios de redes sociais abordando diversas temáticas e albergando comunidades muito distintas.

De acordo com Boyd e Allison (2007, p. 2), um sítio de rede social pode ser definido como um serviço baseado na Internet que permite a um indivíduo construir um perfil público ou semi-público dentro de um sistema, articular uma lista de outros utilizadores com quem partilham uma ligação e, aceder à sua lista de contactos e de outros dentro do sistema.

A Figura 6 reflecte a preferência pelas diferentes redes sociais nos diferentes continentes em 2007. Verifica-se uma grande heterogeneidade no que se refere às redes sociais preferidas em cada continente, que resultará ainda em grande medida, da fase inicial de expansão das redes. Na actualidade, a distribuição já se efectua de modo distinto, verificando-se uma maior uniformização, em favor de algumas redes, como por exemplo o *Facebook*.

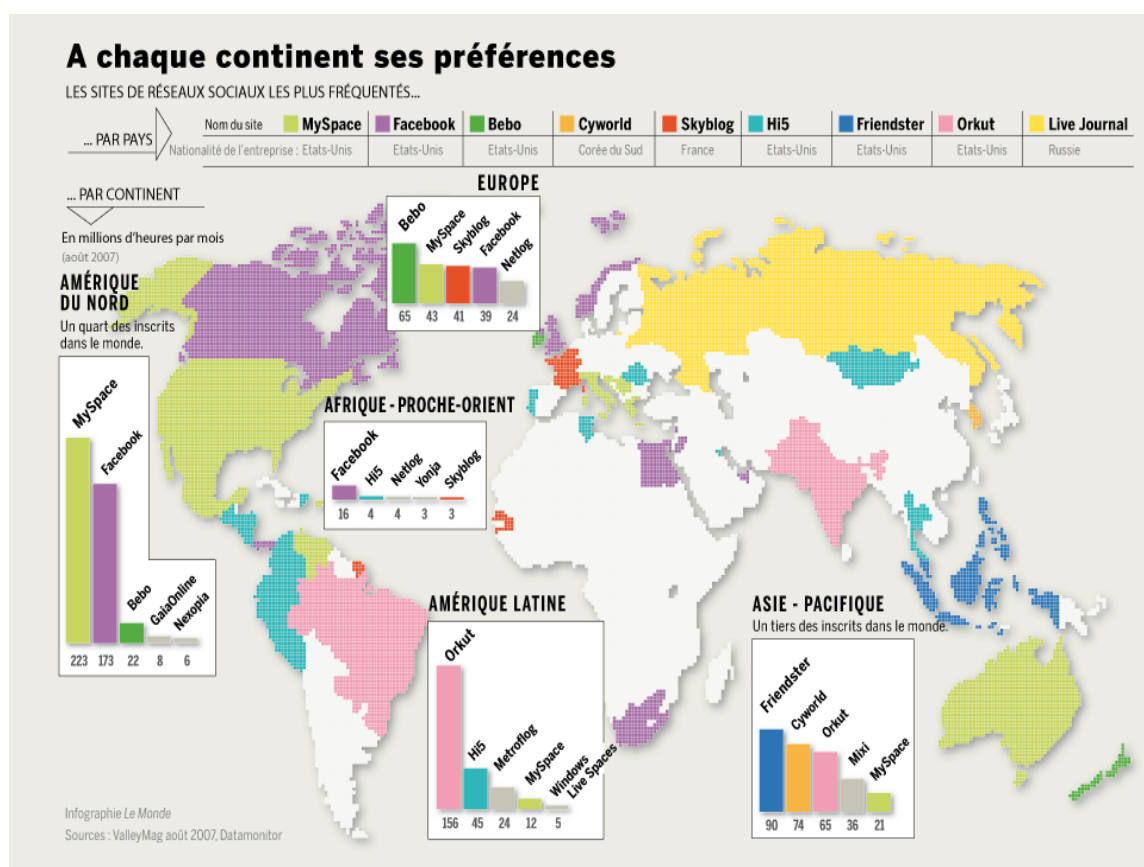


Figura 6 – Implantação global de algumas das principais redes sociais
(Fonte: <http://radar.oreilly.com/2008/04/worldwide-social-network-market-share.html>)

Estas redes permitem a um indivíduo articular e tornar visível a sua rede de contactos, possibilitando a comunicação entre indivíduos que, de outra forma, nunca poderia ser efectuada.

O valor de mercado destas redes é hoje muito elevado, constituindo uma área de negócio relevante. Refira-se a este respeito a compra da *Bebo* pela *AOL* em Maio de 2008 por \$850m (*The Economist*, 2008).

Por outro lado, são cada vez mais os empregadores que recorrem aos sítios de redes sociais para efectuar operações de recrutamento e/ou obter informações sobre candidatos. De acordo com um estudo da *CareerBuilder*, citada pela *ComputerWorld* (2008) um em cada cinco empregadores recorre já às redes sociais no decurso do processo de recrutamento, tendo por base uma amostra de cerca de 31.000 empregadores. Dos empregadores que utilizaram as redes, cerca de um terço afirma que a informação encontrada serviu para excluir candidatos do processo. As informações mais procuradas referem-se ao consumo de álcool e drogas, fotos inapropriadas e informação colocada na página do candidato, níveis de comunicação, referências pouco abonatórias de antigos empregadores e colegas, qualificações, notas mostrando comportamentos criminais ou a divulgação de informação confidencial relativamente a antigos empregadores.

A nível profissional, o recurso a redes sociais é referido também como relevante na obtenção dos contactos necessários.

De referir também a publicidade na rede social *Facebook* de anúncios dos serviços secretos britânicos *MI6* como forma de atrair possíveis candidatos. Trata-se de uma alteração no método utilizado desta instituição que tradicionalmente efectuava o processo de recrutamento directamente em algumas universidades¹⁷.

Potter (2008) refere ainda que a pertença a comunidades *online* nos Estados Unidos da América mais do que duplicou entre 2003 e 2007, prevendo que oito em cada dez utilizadores activos da Internet e empresas constantes do índice *Fortune 500* irão ter uma presença no mundo virtual no final de 2011. Este autor refere a existência de uma forte correlação entre a pertença a comunidades *online* e a participação em causas sociais.

¹⁷ A este respeito ver, por exemplo, <http://www.guardian.co.uk/technology/2008/sep/29/facebook.workandcareers>

2.6. Redes Sociais e Diplomacia

Os pequenos actores não estatais organizam-se em redes multiorganizacionais com muito mais facilidade e flexibilidade que os actores estatais. Este aspecto explica, em grande parte, a perda de poder relativo dos Estados na Era da Informação, num contexto em que “quem actuar de forma mais hábil nas redes ganhará vantagem” (Ronfeldt & Arquilla, 2001, p. 2).



Figura 7 – Redes Sociais e Diplomacia

(Fonte: http://www.darrenkrape.com/wp-content/uploads/2009/03/facebook_diplomacy.png)

Os agentes diplomáticos tradicionais, ao não integrarem no exercício da actividade diplomática a rapidez, profundidade e impacto da mudança tecnológica e a sua influência na sociedade mundial e nas relações internacionais acabam por deixar o caminho aberto para a predominância de novos actores. Steven (2008, p. 2) considera essencial a compreensão do poder e do potencial tecnológicos no exercício da actividade diplomática, nomeadamente o papel das tecnologias sociais que transformam os media mundiais. Este autor exemplifica com a sua própria experiência pessoal aquando da

criação de um blogue em 2005, relativo às actividades do Banco Mundial, que teria inclusivamente servido de base para uma reunião de trabalho do então Presidente da instituição James Wolfensohn com um Secretário de Estado americano (ibidem). O blogue acabaria também por ser usado como fonte pelos média, exercendo uma influência directa sobre a informação difundida.

Potter (2008) sustenta que os diplomatas deverão, de forma empenhada, fazer uso das vantagens de escala propiciadas pela rápida expansão das redes sociais *online*, trabalhando com as comunidades *online* existentes e desenvolvendo novas comunidades para a pesquisa, desenvolvimento e transmissão de políticas. Este autor refere que as redes sociais *online* poderão transformar a capacidade dos diplomatas defenderem e transmitirem as suas políticas de uma forma abrangente.

No entanto, e dado que no contexto das redes sociais estão muitas vezes visíveis dados pessoais relativamente a “opiniões políticas, crenças religiosas (...) qualquer interacção entre agentes públicos e indivíduos *online* deverá estar limitadas por fronteiras muito rígidas” Potter (2008), dado que a informação transmitida numa rede *online* é ‘eterna’, podendo ser “pesquisável, replicável e capturável permanentemente” (ibidem).

Dado que as aplicações *Web 2.0* estão cada vez mais sofisticadas e difundidas, “os sítios dos ministérios dos negócios estrangeiros deverão parecer-se e ter prestações como os mais avançados sítios dos média mundiais (...) cada vez mais os países tornar-se-ão as imagens que projectarem no mundo *online*” (ibidem).

Um exemplo que pode ser apresentado é o da rede social do recentemente eleito Presidente dos Estados Unidos da América que criou uma rede social própria, myBarackObama.com¹⁸.

Esta rede possibilita a participação em mais de 20.000 grupos de apoiantes por área de residência, tendo tido uma influência muito grande na angariação de fundos durante a campanha eleitoral. Já após a eleição foi criado o sítio www.change.gov, em que são apresentadas as principais novidades da futura administração americana, em que se incluem espaços informativos, bem como um espaço interactivo com a participação dos

¹⁸ A este respeito ver www.mybarackobama.com

eleitores, permitindo que o novo Presidente esteja sempre contactável para os cidadãos americanos¹⁹ e favorecendo a criação de comunidades *online*.

O site de microblogging *Twitter* apresenta também uma importância prática ao nível da acção diplomática virtual. Tal pode ser comprovado pelo pedido efectuado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América aos administradores do site para que fosse adiada uma operação de manutenção que implicava deixar o serviço desactivado, na altura das manifestações pós-eleitorais em Teerão, em que muita da informação estava a ser difundida através do *Twitter*²⁰ (Figura 8).



Figura 8 – *Twitter* e Diplomacia

(<http://www.cristyli.com/wp-content/uploads/2009/06/Iran-Twitter.jpg>)

¹⁹ A este respeito ver Jornal Público, em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1349506>

²⁰ A este respeito ver “Ataque informático cala o *Twitter* durante mais de duas horas”, Jornal Público, edição de 7 de Agosto de 2009.

2.7. O lado negro da computação em rede

Associada à era da informação, a rede de computação surge como a principal forma de organização, redefinindo as sociedades, o conflito e a cooperação.

A evolução da computação em rede conduziu ao conceito de *guerra de informação*, relativo ao aproveitamento por organizações criminosas e terroristas das especificidades das redes de comunicação e tem conduzido nos últimos anos à identificação do lado negro associado ao desenvolvimento das redes. Pode ser definido como ‘modo de conflito emergente ao nível da sociedade, onde os protagonistas usam formas de organização em rede e respectivas doutrinas, estratégias e tecnologias associadas à era da informação. Os protagonistas poderão ser organizações dispersas, pequenos grupos e indivíduos que comunicam, coordenam e conduzem as suas campanhas em rede, sem um comando central’ (Ronfeldt & Arquilla, 2001, p. 3). Estes autores sublinham o facto de os actores serem predominantemente não estatais, podendo ser agentes de um Estado, ou podendo tentar transformar os Estados em seus agentes.

Ronfeldt & Arquilla (2001, p.1) referem que o combate ao desenvolvimento de actividades criminosas em rede implicará, à partida, a transformação da organização exclusivamente orientada de forma hierárquica em linhas de rede, dado que é muito difícil as hierarquias combaterem as redes, sendo necessárias redes para combater redes. Neste contexto, quem estiver mais habilitado no *networking* terá uma vantagem à priori no desenrolar da *guerra de informação*.

A mais óbvia ameaça associada ao desenvolvimento das redes refere-se às restrições à liberdade e à privacidade. O desenvolvimento de novos métodos de vigilância e monitorização estão a ser desenvolvidos e a polémica relativa aos sistemas de *intelligence Echelon*²¹, *Semantic Forests*²² e *Carnivore*²³ manifestam o que serão preocupações duradouras. “As infra-estruturas nacionais críticas de energia, telecomunicações e

²¹ Nome atribuído pelos media a sistema espião mundial anglo-americano, presumivelmente secreto, concebido para interceptar comunicações internacionais de telefones, *emails*, faxes permitindo busca por palavra-chave. A este respeito ver www.cyber-rights/interception/echelon

²² Ferramenta desenvolvida pelo Departamento de Defesa dos E.U.A. que permite efectuar buscas em documentos por palavra-chave.

²³ Ferramenta de vigilância desenvolvida pelo FBI para interceptar todo o tráfego na Internet de pessoas sob investigação, que terá sido abandonado em 2005. A este respeito ver epic.org/privacy/carnivore

transporte assim como bases de dados e sistemas de informação da saúde e do sistema financeiro, encontram-se hoje muito vulneráveis a *hackers* e ciberterroristas” (Ronfeldt & Arquilla, 2001, p. 3). Estes autores alertam ainda para a possibilidade da emergência de *ditadores da era da informação* em várias partes do mundo, explorando as novas tecnologias para propósitos de comando e controlo.

A 20 de Março de 2009, o sítio oficial na internet da Embaixada de Portugal na Índia foi vítima de um ataque por um grupo com origem na Rússia que já havia atacado as Embaixadas do Azerbaijão, Paquistão e Hungria no mesmo mês²⁴.

Outro facto recente relevante refere-se a um ataque iniciado a 18 de Janeiro de 2009 no Quirguistão contra os principais servidores de Internet do país. Este ataque seguiu-se a uma série de acções políticas repressivas pelo governo Bakiev procurando evitar a formação de um partido político da oposição. Alegadamente, ter-se-á tratado de uma operação contratada pelo governo para controlar o acesso à informação pela oposição, e os alegados culpados hackers russos (Cardoso, 2009).

Steven (2008, p. 5) refere o exemplo da acção de um rebelde, Henry Okah, residente na África do Sul de onde terá orquestrado uma rebelião na Nigéria através de comunicações por *email* e telemóvel, potenciando uma actividade terrorista com meios relativamente reduzidos.

Finn (2000) alerta para o facto de grandes empresas mundiais estarem a desenvolver redes supra-nacionais de riqueza e informação que lhes concederão uma nova forma de soberania, que lhes possibilitará uma modificação da relação de forças prevalecente a seu favor.

²⁴ A este respeito ver <http://ddanchev.blogspot.com/2009/03/embassy-of-portugal-in-india-serving.html>

CAPÍTULO III

‘NOVAS DIPLOMACIAS’

Ao adaptar-se à Era da Informação, a diplomacia começou a ganhar novas formas de actuação. São hoje frequentes acções diplomáticas especificamente dedicadas a áreas muito intensivas em novas TIC, de que é exemplo a diplomacia científica e tecnológica. Para ilustrar este aspecto, iremos abordar neste capítulo a diplomacia científica e tecnológica da UNCTAD, do Japão e a Nova Diplomacia Americana.

3.1. Diplomacia Científica e Tecnológica – o caso da UNCTAD

Os novos modos de exercer a actividade diplomática exigem a consideração de um novo conjunto de assuntos em que a ciência e a tecnologia desempenham um papel chave. A influência e a eficácia dos diplomatas dependerá, crescentemente, da capacidade que tiverem em mobilizar aptidões científicas e técnicas no seu trabalho, sendo necessária a aquisição de conhecimento prévio para participar de forma eficaz nas negociações internacionais. Assuntos como as doenças infecciosas, degradação ambiental, crimes electrónicos, armas de destruição maciça e os impactos das novas TIC ganharam uma importância acrescida, requerendo uma preparação científica sólida prévia (UNCTAD, 2003, p. 4).

Os desenvolvimentos científicos e tecnológicos têm ganho uma importância crescente na actividade diplomática, pois o conhecimento científico, ao tornar-se cada vez mais especializado, exige uma preparação prévia maior no contexto das negociações internacionais. Por outro lado, a aplicação da ciência e tecnologia à actividade diplomática exige a capacidade de integrar disciplinas distintas; “a diplomacia internacional vem exigir que os negociadores governamentais lidem simultaneamente com a especialização e integração (UNCTAD, 2003, p. 3).

As actividades da UNCTAD²⁵ relativas à Diplomacia Científica e Tecnológica são apoiadas por recursos financeiros e humanos internos e externos, entre as quais a Universidade de Harvard, a FAO, UNESCO e Universidade das Nações Unidas.

A própria acção da Organização das Nações Unidas no seu conjunto, para ser eficaz, terá de rever as suas regras e procedimentos que lhe permitam interagir com a comunidade científica e tecnológica, partilhando recursos com actores não estatais em associações científicas, formando um conjunto alargado de alianças com os média, e desempenhando um papel importante pela influência que exercem junto da opinião pública (Juma, 2000).

3.2. Diplomacia Científica e Tecnológica – o caso do Japão

A diplomacia de ciência e tecnologia japonesa é justificada pelo governo com a importância que este país atribui ao uso das suas competências de uma forma abrangente de modo a lidar, positiva e continuamente, com assuntos globais relevantes para uma sociedade sustentável, fortalecendo o *soft power* japonês, e contribuindo para a aplicação de resultados de investigação para o benefício mundial (Aizawa et al, 2007, p.1). As principais ameaças que este programa diplomático visa enfrentar são o aquecimento global, as doenças infecciosas e questões energéticas (Yakushiji, 2008), dado que “estes problemas diplomáticos não poderão ser resolvidos a não ser que os países de todo o mundo usem ciência e tecnologia avançada através da cooperação e coordenação internacionais (Government of Japan, 2008, p. 6).

Em termos operacionais, o programa passa por aumentar da cooperação científica e tecnológica com Países em Desenvolvimento; disseminar e demonstrar ao mundo a superior tecnologia ambiental japonesa; assumir a liderança mundial na diplomacia ambiental e reforçar as redes de cooperação científica e tecnológica (Aizawa et al, 2007, pp. 2-3), fazendo uso dos “dados fornecidos pelos satélites japoneses (...) na resolução dos problemas dos países em Desenvolvimento (...) na observação do ambiente global (...) e testando o uso internacional da Internet de alta velocidade por satélite ‘KIZUNA’ (Government of Japan, 2008, p. 13). Entre as questões ambientais prioritárias estão os problemas de água, a implementação de um plano tecnológico de baixa utilização de

²⁵ United Nations Conference on Trade and Development

carbono, a construção do Sistema de Observação Global de Sistemas da Terra (GEOSS), a projecção de dados relativos a alterações climáticas por um simulador da Terra (MEXT) e a observação global ambiental (idem, p. 18).

O governo japonês prevê a assumpção de um papel de liderança em organizações internacionais e a associação de sectores públicos e privados japoneses de investigação, incluindo empresas e ONG na prossecução de objectivos públicos globais (Yakushiji, 2008), apoiando o governo japonês nas actividades de empresas privadas em Países em Desenvolvimento, apoiando investigadores locais e melhorando as suas competências. Para isso tem promovido “diversas trocas internacionais de informação em Ciência e Tecnologia, incluindo o intercâmbio internacional de investigadores, investigação conjunta e difusão internacional de informação relativa a Ciência e Tecnologia” (Government of Japan, 2008, p. 4).

Para o governo japonês, diplomacia não se refere apenas às relações com os governos estrangeiros, cobrindo todas as actividades domésticas, e no exterior, desenvolvidas por entidades públicas e privadas que incluem projectos comuns, intercâmbios, contribuições internacionais por ministérios, agências governamentais e instituições educacionais e de investigação, e investigadores individuais (idem, p. 5). Este novo modo de exercer diplomacia assume uma importância muito grande para o Japão, tanto mais que o país não detém recursos naturais ou energéticos relevantes.

3.3. A Nova Diplomacia Americana

A nova diplomacia americana procura estabelecer um canal de informação directo para os cidadãos americanos a residir no estrangeiro, e formar blocos que informem e influenciem, de uma forma global, audiências estrangeiras nas suas casas, locais de trabalho e de lazer.

Um dos aspectos mais relevantes da nova diplomacia americana é a criação de consulados virtuais, que usam o poder da Internet para comunicar com públicos locais e americanos, abrangendo até cerca de 50% do trabalho consular (USACPD, 2003).

De entre as funcionalidades previstas sublinhe-se o pedido de vistos *online*, a difusão de informação pelos agentes diplomáticos americanos no exterior; promoção de quiosques

de acesso à Internet em zonas com recursos informáticos limitados; criação de embaixadas virtuais em locais sem presença diplomática americana para atingir uma representação global.

Kotok (2003) sugere a utilização de tecnologias de gestão do conhecimento como a XML de forma a possibilitar que as embaixadas encontrem mais facilmente a informação que pretendem, trabalhando e fornecendo dados aos média internacionais mais rapidamente e de forma mais completa.

Refira-se também a utilização de tecnologias de observação da Terra disponibilizadas por satélites da NASA, nomeadamente o Sistema de Observação da Terra composto por um conjunto de satélites especificamente concebidos para o estudo das alterações climáticas. Tendo sido lançados a 18 de Dezembro de 1999, colecionam dados que fornecem informações relacionadas com a terra, oceanos, atmosfera e gelo como um sistema interdependente. O governo americano promoveu a junção entre comunidades de cientistas e especialistas em diplomacia para que estes tenham a noção das ferramentas tecnológicas que os poderão ajudar no exercício da sua actividade (Schmidt, 2001).

CAPÍTULO IV

QUE PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A DIPLOMACIA?

Fulton (2002) refere que cerca de 1840, Lord Palmerston então Ministro dos Negócios Estrangeiros Britânico, quando recebeu o primeiro telegrama terá afirmado “Meu Deus, é o fim da diplomacia”. O surgimento de um modo de comunicação que permitia o envio de mensagens sem a intervenção directa de um diplomata pareceu então a Lord Palmerston uma ameaça muito séria a toda a actividade. O tempo veio provar que tal prognóstico estava longe de ser verdade, pelo que as evoluções no modo de comunicar não deverão ser encaradas como ameaças à existência da diplomacia, mas como desafios à sua forma de actuação e à concretização da sua missão.

De facto, mesmo tendo em consideração todos os desenvolvimentos tecnológicos, não parece que o encontro presencial possa ser substituído. A comunicação entre líderes políticos mundiais certamente é muitas vezes feita por via telefónica, mas tal não impede que se agendem vários encontros presenciais. Fulton (2001) sublinha que a comunicação faz-se não apenas por palavras mas também pelas expressões, gestos e tom de voz, essência da diplomacia pessoal, que só poderão ser apreendidos pelo contacto pessoal.

Este autor sublinha que o *soft power* dos diplomatas será sempre um instrumento mais eficaz que uma bomba atómica, e que as qualidades básicas necessárias a um diplomata serão sempre as mesmas independentemente de quanto os meios de actuação possam mudar.

A diplomacia refere-se hoje também à gestão de assuntos de natureza global, não resolúveis através do uso do *hard power*. Cada vez mais o *soft power*, tenderá a tornar-se mais importante, e o seu exercício requererá sempre uma diplomacia forte.

Steven (2008, p. 7) refere que é essencial que os governos levem a tecnologia mais a sério, nos seus esforços para criar um novo tipo de diplomacia mais adaptada à realidade actual, referindo-se às “tendências que irão reordenar a estrutura da sociedade global, a relação entre governo e cidadãos e a natureza dos riscos incorridos”. Este autor considera

essencial uma reconfiguração das organizações governamentais, libertando as pessoas que nelas trabalham, estimulando a sua autonomia e criatividade, num mundo que valoriza cada vez mais a criatividade individual e o seu contributo no contexto de uma acção interdependente em rede, o que é limitado por organizações robóticas e inflexíveis e que limitam o acesso dos seus funcionários ao contacto com o mundo exterior.

A aptidão tecnológica dos diplomatas merece também uma atenção particular. Contudo, como Smith (1999) nos lembra, o próprio conceito de diplomacia reporta-nos para conservadorismo e tradição, sendo que as revoluções não são geralmente bem-vindas neste universo. A diplomacia terá naturalmente de se adaptar às alterações no modo de comunicar, sendo que historicamente esta actividade já se adaptou a diversas revoluções ocorridas no modo de comunicar e no transporte, que diversas vezes poderiam parecer por em risco o futuro da actividade. Na nova era de *ubiquitous computing* a diplomacia terá também a sua oportunidade de se modernizar no sentido em que as TIC poderão facilitar o acesso a novos meios de atingir os seus objectivos.

Este autor considera que as TIC poderão dar um contributo muito válido ao trabalho do diplomata, libertando-o de tarefas rotineiras burocráticas, para a sua competência chave, o estabelecimento, manutenção e cultivo de contactos e relações pessoais, e mudando desse ponto de vista a natureza da diplomacia.

O exercício da actividade diplomática obrigará a que os “diplomatas tenham que passar tanto tempo entendendo as culturas, valores e linguagens das redes sociais como a preparar novas missões no estrangeiro” (Potter, 2008).

Potter (2008) considera que no futuro tecnologias de toque simulado, que fazem apelo a uma dimensão sensorial, poderão alterar a ideia de uma representação estrangeira e aumentar a capacidade para desenvolver uma cooperação transnacional, tornando possível a interacção virtual entre funcionários dos ministérios dos negócios estrangeiros com os respectivos homólogos e o público, através de embaixadas virtuais.

Solomon (2001) e Pickering (2000) referem que os diplomatas devem prestar uma atenção muito maior à diplomacia pública, buscando de uma forma bastante mais efectiva o apoio público, especialmente num contexto de guerra de informação, tendo as embaixadas que prestar uma atenção crescente à enorme quantidade de informação disponível.

Bollier (2003, p. 19) refere como recomendações para o reforço da diplomacia virtual e adaptação à nova Era da Informação, a contratação de utilizadores habilitados da Internet para as embaixadas tendo em vista o treino dos funcionários e a aquisição de competências, através do estudo em ciências da computação.

Por sua vez, Schultz (1997) sustenta que actualmente, e face à grande quantidade de informação disponível, se torna fundamental ser muito criterioso na informação a seleccionar e analisar tendo em vista o cumprimento dos objectivos diplomáticos, com uma especial atenção à Internet, que disponibiliza já de forma aberta muita da informação necessária acerca de vários países.

Steven (ibidem) considera a existência de três objectivos fundamentais na adopção de novas tecnologias na actividade diplomática:

- i) Partilha no uso da tecnologia para facilitar a comunicação através de fronteiras geográficas, organizacionais e sectoriais que conduzam a um consenso na forma como os problemas globais devem ser encarados;
- ii) Partilha de plataformas que permitam a elaboração de estratégias em rede;
- iii) Partilha de sistemas operacionais explorando o potencial que a tecnologia oferece para desenvolver novos tipos de instituições capazes de gerir o risco global mais eficazmente. Steven refere que um clima estável não será atingido sem o uso de TI necessárias à gestão de um mercado mundial do carbono, para a monitorização do controlo da desflorestação ou para regular as emissões nacionais.

Por sua vez, Voicu (2003, p. 3) sublinha que os diplomatas, para além de terem cada vez mais de adquirir competências na navegação na Internet, terão de aperfeiçoar os seus conhecimentos em matéria de assuntos de segurança associados à utilização de computadores. O desenvolvimento de métodos criptográficos é um dos itens obrigatórios para um diplomata que pretenda actuar de forma segura e fazendo uso das potencialidades das TIC.

Este autor considera que, dado o poder da Internet na circulação de informação e ideias, os agentes diplomáticos deverão ser participantes activos na crescente comunidade de conversação *online* global, gerar o debate e influenciar opiniões. A interacção *online*, por

ser em rede e não hierárquica, irá desafiar alguns aspectos da prática diplomática como a distinção entre negociação pública e privada.

Mas as tecnologias *online* não deverão eliminar a diplomacia clássica, apenas serão instrumentos essenciais num contexto de crescente importância da interação virtual.

PARTE II

CAPÍTULO V

DIPLOMACIA VIRTUAL EM PORTUGAL?

O objectivo fundamental deste trabalho é o de analisar a importância da gestão da informação e do conhecimento na actividade diplomática, identificando as mudanças estruturais que estão a ser provocadas pelas novas TIC.

Tal passou pela identificação dos benefícios e riscos do uso de recursos *Web* para a actividade diplomática e de como esta, tradicionalmente apoiada nas culturas locais, se irá adaptar a uma nova realidade virtual.

A partir da análise inicial do conceito de diplomacia, desde a sua noção mais tradicional até ao conceito de diplomacia virtual, procurámos identificar as implicações do novo ambiente comunicacional, verificando o impacto das TIC na diplomacia mundial num contexto em que a sociedade se organiza cada vez mais em rede em detrimento da organização hierárquica tradicional.

Tendo em vista a caracterização da utilização de TIC na diplomacia Portuguesa face ao contexto internacional, o papel do Estado face à emergência de novos actores, optou-se pela realização de entrevistas a actores relevantes da diplomacia Portuguesa com o intuito de caracterizar a actividade no país e de perspectivar as principais tendências futuras, bem como oportunidades e ameaças, quanto ao exercício eficaz da actividade diplomática no contexto português.

5.1. Utilização de TIC na diplomacia portuguesa e o contexto internacional

Depois de efectuada a caracterização dos principais desafios colocados à actividade diplomática a nível global em função dos desenvolvimentos ao nível das TIC associados à Era da Informação, e das oportunidades e riscos a eles associados, procuraremos neste capítulo, verificar a situação relativa de Portugal neste contexto.

A escassez de trabalhos académicos neste domínio no nosso país, parece sugerir que os desafios associados à diplomacia virtual em Portugal não terão sido ainda muito explorados e estudados. Por outro lado, não nos foi possível aceder aos dados relativos à utilização de TIC na actividade diplomática em Portugal, junto de entidades oficiais, nem às perspectivas existentes nesse domínio por parte dessas mesmas entidades.

Pelo que, com o intuito de obter elementos que nos possibilitassem caracterizar a actividade diplomática em Portugal, privilegiou-se o recurso à auscultação de alguns actores relevantes intervenientes na actividade, procurando situá-la relativamente à actividade desenvolvida por outros países quanto à utilização de recursos tecnológicos, identificando as principais carências e limitações no desempenho da actividade em Portugal.

Optou-se pelo recurso aos contributos de actores associados à actividade diplomática em Portugal em diferentes áreas, nomeadamente o testemunho de especialistas de renome e de profissionais reputados associados ao exercício da actividade diplomática e às TIC, que possibilitassem a caracterização da situação actual em Portugal, e dos cenários futuros expectáveis, a partir de um conjunto de questões previamente definidas.

5.2. Questionário

O questionário foi elaborado com o objectivo de abranger um conjunto de tópicos relevantes associados ao exercício da actividade diplomática na Era da Informação. Discrimina-se abaixo as oito questões seleccionadas, bem como o respectivo enquadramento e justificação.

1) Acha que o uso das novas TIC, e a obtenção de competências tecnológicas, são hoje decisivos no exercício da actividade diplomática?

O objectivo foi o de recolher a opinião do entrevistado quanto à importância da obtenção de competências tecnológicas no exercício da actividade diplomática, verificar até que ponto o uso dessas competências é decisivo, ou se se trata apenas de uma nova ferramenta equivalente a outras anteriormente utilizadas, identificando se possível, cenários futuros.

Esta questão remete-nos para o conceito de diplomacia virtual e para a sua abrangência, o desenvolvimento tecnológico gerou um novo tipo de diplomacia, ou a sua actividade é fundamentalmente a mesma, dotada de novos instrumentos e ferramentas? Qual o efeito na diplomacia da *aceleração do tempo* que a Era da Informação veio provocar?

2) De que forma as redes electrónicas, traduzidas na criação de um novo ambiente comunicacional e de uma nova forma de organização, assentes na disseminação das TIC, ao penetrarem em cada vez mais aspectos do quotidiano, alteraram o conceito de Segurança Nacional e a acção das instituições? Que impacte podem ter as redes sociais online no equilíbrio de poderes e na diplomacia?

Procurou-se recolher a sensibilidade do entrevistado quanto à relevância das redes electrónicas (e sua presença continuada no quotidiano dos cidadãos), e da perda de controlo pelo Estado dos fluxos de informação, identificando, se possível, as consequências desse facto no equilíbrio de poderes entre instituições (públicas/privadas) e no próprio conceito de Segurança, verificando a existência, ou não, de um acréscimo da relevância do sector privado neste campo.

Por outro lado, a computação em rede ao constituir-se como um dos aspectos fundamentais da Era da Informação e de um novo ambiente comunicacional, assume um papel determinante. Neste contexto, as redes acabam por ser cada vez mais um elemento definidor da própria organização social, gerando uma transformação profunda na sociedade.

As redes sociais constituem-se como uma manifestação relevante deste aspecto, permitindo aceder a um conjunto vasto de utilizadores, constituindo-se como meios de comunicação relevantes.

Neste contexto de profundas alterações sociais, novas dimensões tornam-se relevantes na definição do que é importante para a segurança de um Estado, abrangendo novos domínios e instituições.

3) Como é que o acesso generalizado à informação pode afectar o exercício tradicional da diplomacia?

O objectivo foi verificar quais as implicações para as instituições diplomáticas tradicionais do acesso generalizado à informação. Enquanto, tradicionalmente o diplomata detinha um acesso privilegiado, e por vezes exclusivo à informação, esse aspecto poderá ser, em grande medida, e no actual contexto, menorizado relativamente a uma acção do diplomata enquanto gestor de informação, sendo de realçar os avanços que as instituições privadas têm efectuado neste domínio.

Enquanto característica fundamental da Era da Informação o acesso generalizado à informação deixa, em grande medida, de constituir um exclusivo dos agentes diplomáticos tradicionais obrigando a uma maior cooperação e partilha de dados.

4) A sua instituição já efectuou consultas online ao público em geral tendo em vista a partilha, discussão ou debate com os cidadãos? Põe a hipótese da construção de plataformas online com esse fim?

Procurou-se a recolha de informação quanto ao uso das tecnologias associadas à *World Wide Web* pelas instituições visadas, na comunicação com os cidadãos.

5) Relativamente ao sector privado e aos actores não governamentais, os agentes diplomáticos tradicionais encontram-se em vantagem ou desvantagem tecnológica? Porquê?

O propósito foi o de verificar a posição relativa dos agentes diplomáticos tradicionais relativamente aos agentes privados quanto à utilização de recursos tecnológicos, verificando até que ponto uma vantagem/desvantagem tecnológica poderá influir no exercício eficaz da diplomacia.

A Era da Informação caracteriza-se por uma multiplicidade de actores privados que muito mais facilmente conseguem desempenhar um papel activo no contexto actual. Neste contexto, será determinante identificar quem deterá uma superioridade tecnológica.

6) As TIC, a Internet e as funcionalidades da Web 2.0, modelo de internet em que o conteúdo é criado e partilhado pelos utilizadores de forma interactiva, colocam algum tipo de problema ao exercício do poder político e militar (em Portugal)?

A existência de ferramentas *online* que possibilitam a interacção entre os diversos actores representa uma oportunidade de enriquecimento da comunicação efectuada *online* e da eficácia da comunicação pelos agentes diplomáticos. No entanto, tal poderá também acarretar um conjunto de riscos ou ameaças. Pelo que será importante identificar que problemas poderão surgir para as instituições que actualmente detêm o poder político e militar do uso dessas funcionalidades, como a *Web 2.0*.

A *Web 2.0* veio possibilitar uma interacção com os utilizadores que anteriormente não existia, permitindo obter de forma imediata *feed-back* em diversos domínios de actuação. No entanto, terá de ser analisada a hipótese do uso deste recurso acarretar riscos, verificando o quanto os agentes diplomáticos estão preparados para lidar com esses riscos.

7) Na sua opinião, qual pensa ser o posicionamento relativo de Portugal no aproveitamento das potencialidades das TIC no exercício da actividade diplomática, no contexto internacional?

Procurou-se recolher a sensibilidade do entrevistado quanto ao posicionamento de Portugal face ao uso das TIC na diplomacia no contexto internacional, evidenciando as razões de um possível atraso de Portugal, apontando possíveis soluções.

Simultaneamente, procurou-se recolher alguma informação quanto aos recursos tecnológicos existentes no país na área diplomática, quanto ao avanço/atraso do país neste domínio, bem como a descrição das dificuldades que a actividade actualmente enfrenta em Portugal.

8) Quais os desafios futuros que vislumbra que se coloquem à diplomacia portuguesa neste campo? Que recomendações faria à generalidade dos actores diplomáticos portugueses?

O objectivo foi a recolha de informação que contribua para a realização de cenários futuros quanto ao exercício da actividade diplomática em Portugal, face à situação actual, evidenciando riscos, e a necessidade de obtenção de novas competências (tecnológicas ou outras).

Face à situação presente, o que é expectável para a actividade diplomática nacional face à concorrência externa? Quais as melhores opções futuras a tomar?

5.3. Entrevistados e razões para a sua escolha

Tendo em vista a recolha de contributos válidos, tendo em conta os objectivos estabelecidos, foi contactado um conjunto relativamente alargado de especialistas associados a entidades públicas portuguesas (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, Comissão Europeia, Ministério da Defesa Nacional/Exército Português, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação – INETI, Autoridade Nacional de Comunicações – ANACOM, Portugal Telecom), instituições internacionais (Comissão Europeia, Organização do Tratado do Atlântico Norte – NATO) instituições universitárias (Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa), tendo sido possível obter um conjunto de contributos relevantes das seguintes personalidades:

- *Professor Doutor José Tribolet*
 - Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa;
 - Presidente da Comissão Executiva do INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores;

- *Eng. Luís Mira Amaral*
 - *Chief Executive Officer* do Banco BIC;
 - Administrador da Sociedade Portuguesa de Inovação;
 - Ministro do Trabalho e Segurança Social do X Governo Constitucional (1985-87);
 - Ministro da Indústria e Energia do XI e XII Governo Constitucional (1987-1995);
 - Presidente executivo da Caixa Geral de Depósitos;
 - Administrador não executivo de diversas empresas;

- *Professor Doutor Augusto de Albuquerque*
 - Director da Unidade de Sistemas Micro e Nano – Comissão Europeia;
 - Professor do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa;

- *Eng. Luís Sousa Cardoso*
 - *Sénior Consultant – Quality, Fraud and Security* da Portugal Telecom;
 - Presidente do Fórum of International Irregular Network Access (FIINA);
 - *Chairman do Quality of Service Development Group - International Communications Union (ITU/QSDG)*;

- *Contra-Almirante Mário Carmo Durão*
 - Coordenador SI/TIC, Centro de Dados da Defesa, Ministério da Defesa Nacional;

- General António Bispo
 - Departamento de Modelação e Simulação de Sistemas, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação – INETI;
 - Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa – Ministério da Defesa Nacional;

- Dr. André Bandeira
 - Colégio de Defesa da NATO – Roma;

- Professor Doutor Paulo Cardoso do Amaral
 - Professor da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa e da Academia Militar;
 - Conselheiro Científico da NATO;
 - Vice-Presidente da AFCEA (*Armed Forces Communications and Electronics Association*);
 - Administrador da Companhia de Seguros Fidelidade S.A.;

- Tenente-Coronel Francisco Proença Garcia
 - Delegação Portuguesa da NATO;
 - Professor da Academia Militar; do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa;

- Contra-Almirante António Gameiro Marques
 - Sistemas de Informação da Marinha – Ministério da Defesa Nacional;

- *Dra. Maria Helena Monteiro*
 - Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;
 - Investigadora Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) – ISCSP.

- *Professora Doutora Sandra Balão*
 - Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

- *Eng. Manuel Barros*
 - Director do Gabinete de Segurança das Comunicações – ANACOM.

- *Dr. Eduardo Manuel Henriques*
 - Director da delegação da AICEP em Marrocos.

- *Dr. Luís Miguel Fontoura*
 - Director da delegação da AICEP em Luanda.

Todas as entrevistas foram efectuadas por correio electrónico. Saliente-se que, apesar dos contactos estabelecidos com o Ministério dos Negócios em Estrangeiros não foi possível obter o contributo de nenhum dos quadros desta instituição.

Em termos metodológicos, optou-se pela realização de entrevistas a actores da diplomacia portuguesa com o intuito de caracterizar a actividade no país e de perspectivar as principais tendências futuras, bem como oportunidades e ameaças, quanto ao exercício eficaz da actividade diplomática no contexto português.

As entrevistas efectuadas possibilitaram uma maior compreensão relativamente ao modo como a actividade diplomática nacional se está a adaptar a uma sociedade em rede e a uma realidade virtual, e perspectivar, na medida do possível, cenários futuros para o exercício da actividade.

5.4. Descrição do Estudo/Respostas Obtidas

Neste ponto iremos descrever as principais ideias e factos presentes nos contributos recolhidos.

1.^a Questão - Acha que o uso das novas TIC, e a obtenção de competências tecnológicas, são hoje decisivos no exercício da actividade diplomática?

Embora numa primeira abordagem a resposta a esta questão pudesse parecer óbvia, no sentido de as novas TIC serem hoje decisivas no exercício da actividade diplomática, os resultados do conjunto de contributos recebidos não foram consensuais.

Apesar de a generalidade das respostas ter sido no sentido afirmativo, quatro dos inquiridos não consideraram a utilização das TIC decisiva, embora reconheçam o importante papel auxiliar que desempenham, sendo realçada a existência de contextos em que o fundamental será a confiança pessoal e não a tecnologia utilizada. A ideia fundamental para estes quatro inquiridos é a de que “a utilização das TIC na diplomacia é indispensável (...) ainda que não decisiva”, “no sentido em que se assuma que se não existir esta competência o exercício da actividade diplomática deixará de existir”.

Um dos inquiridos é da opinião de que “em cada delegação no exterior existisse alguém com conhecimentos mais profundos” a nível tecnológico.

2.^a Questão - De que forma as redes electrónicas, traduzidas na criação de um novo ambiente comunicacional e de uma nova forma de organização, assentes na disseminação das TIC, ao penetrarem em cada vez mais aspectos do quotidiano, alteraram o conceito de Segurança Nacional e a acção das instituições? Que impacte podem ter as redes sociais *online* no equilíbrio de poderes e na diplomacia?

De um modo geral, as respostas obtidas foram no sentido de o conceito de segurança não ser alterado pelas TIC propriamente, “mas sim as profundas alterações no comportamento das organizações”. “O que é susceptível de sofrer alteração é a forma de aquisição de

condições em que a comunidade nacional sinta que os valores nacionais não estão em perigo”

No entanto, outros inquiridos sustentam a alteração do próprio conceito de segurança tal como entendido até agora, pela “introdução da segurança no chamado ciberespaço”, sendo que “a não adequação das instituições ao uso destas novas tecnologias tem por consequência um impacto negativo nessa mesma segurança”, dada a dependência tecnológica na acção das instituições.

São apontadas “fragilidades no âmbito da ciberguerra”, que requererá a adopção de formas mais eficazes de coordenação e resposta às crises entre instituições, e agentes com conhecimentos sólidos sobre o que usar ou não usar em determinadas situações ou contextos, e de mecanismos na rede que permitam a confidencialidade das transacções.

No tocante às redes sociais, a principal ameaça indicada refere-se ao desconhecimento da sua realidade e especificidades, que poderá implicar riscos importantes, pela “efectiva incompetência funcional e intelectual de alguns dos agentes e dirigentes” e falta de consciência organizacional.

O uso conveniente das redes sociais no incremento e potenciação dos processos de consulta e negociação poderá permitir a auscultação de actores que de outra forma dificilmente poderiam ser ouvidos, “na recolha da opinião livremente expressa pelos actores envolvidos nessas redes”, ou em “áreas onde a informação é objectivamente deficiente”, podendo por outro lado, contribuir para a geração de mecanismos de ‘fora para dentro’ nas acção dessas instituições, podendo “ser mecanismos de pressão para aumento do poder negocial”.

3.^a Questão - Como é que o acesso generalizado à informação pode afectar o exercício tradicional da diplomacia?

De um modo geral, as respostas obtidas vão no sentido de considerar que a maior facilidade no acesso à informação coloca problemas muito específicos e relevantes para a actividade diplomática.

É referida a necessidade de que a actividade diplomática considere, cada vez mais, o acesso generalizado à informação como uma “arma” perante a opinião pública que,

estando mais 'informada', ou exposta à informação e a interpretações diversas, “poderá mais facilmente ser objecto de manipulação”. A consideração de novos recursos informacionais, poderá levar a que a acção do diplomata tenha “um suporte muito poderoso em rede e em tempo real que o habilite a tomar decisões perante informação contextualizada mais relevante, mais actualizada, mais organizada, mais especializada”, alterando a relação com os *back-offices*. “Havendo acesso a toda a informação as pessoas ficarão melhor informadas e poderão tomar decisões mais adequadas”.

Por outro lado, é referido que o acesso à informação não tratada pode afectar negativamente o exercício da diplomacia, podendo gerar “ruído no contexto de processos negociais”, afectando-os negativamente, sendo necessária uma filtragem da informação disponível.

É referida ainda, a ameaça que a “violação do segredo de Estado” poderá representar em função de um acesso mais generalizado à informação, e o facto do destinatário da acção diplomática ser condicionado também pela acção de outros agentes privados que determinam a opinião pública aumentando a exigência do exercício da diplomacia, e um maior domínio de todas as tecnologias envolvidas.

Verifica-se que os entrevistados mostram algum receio da informação, defendendo um maior controlo sobre a mesma, o que vem contrariar a evolução social e humana que se organiza em torno de redes. Nenhum dos entrevistados acabou por reflectir para além deste medo, para os mecanismos que asseguram a identificação de informação fiável num mundo interdependente: transparência e reputação.

4.^a Questão - A sua instituição já efectuou consultas *online* ao público em geral tendo em vista a partilha, discussão ou debate com os cidadãos? Põe a hipótese da construção de plataformas *online* com esse fim?

Face aos objectivos fixados, as respostas obtidas indicam que, de um modo geral, não houve o recurso a plataformas *online* pelas instituições visadas na comunicação com os cidadãos.

Apenas em duas instituições tal é prática corrente, e noutras duas ocorre pontualmente, sendo que duas delas são organizações supranacionais.

5.^a Questão - Relativamente ao sector privado e aos actores não governamentais, os agentes diplomáticos tradicionais encontram-se em vantagem ou desvantagem tecnológica? Porquê?

A maioria das opiniões recolhidas sustenta uma desvantagem do sector público face ao privado neste domínio, “dado não terem normalmente as competências tecnológicas e os meios financeiros para implementarem as soluções”, sendo um dos inquiridos da opinião de que “os nossos agentes diplomáticos encontram-se num ambiente e com processos de trabalho do século XIX”

No entanto, um dos inquiridos considera haver “igualdade de circunstâncias”, e outro que sustenta existir desvantagem apenas ao nível da diplomacia económica e não na diplomacia tradicional, dado que “a recente autonomia da diplomacia económica a obriga a acompanhar as tendências e formas da economia internacional moderna”.

Outro dos inquiridos refere que “países como Estados Unidos da América, França e Alemanha existirá uma vantagem” dos serviços públicos face aos privados. Um dos entrevistados sustenta que a desvantagem do sector público estará associada ao peso burocrático do Estado.

6.^a Questão - As TIC, a Internet e as funcionalidades da *Web 2.0*, modelo de internet em que o conteúdo é criado e partilhado pelos utilizadores de forma interactiva, colocam algum tipo de problema ao exercício do poder político e militar (em Portugal)?

É identificado o problema “grave” de que “as lideranças do poder político e militar não estão mentalmente equipadas para sequer compreender do que é que se está a falar.”, baseando as suas decisões num “paradigma do mundo e das organizações e da sociedade que já não existe”, com a excepção do que decorre da inserção de Portugal na NATO, sendo que “todos os que com ela se relacionam já se encontram adaptados à nova realidade”. No entanto, todas as restantes organizações nacionais encontrar-se-ão num “estado de desadequação lamentável e perigoso”. É referido que muitos dos responsáveis

“políticos e militares ainda não utilizam a internet com a mesma eficiência de outros países”.

Alguns dos inquiridos referem que não se colocarão questões muito importantes para a actividade diplomática, sendo apenas exigível alguma “monitorização ao nível da segurança”, sendo este o aspecto fundamental, e a atenção ao facto de que “as redes sociais permitem discutir questões que normalmente não chegam aos media”.

No entanto, é chamada a atenção para a possibilidade de uma “difusão dos centros de poder” em função dos recursos possibilitados por estes desenvolvimentos tecnológicos, sendo exigida uma regulação muito cuidada” por razões de segurança das instituições, mas que preserve no entanto a liberdade dos cidadãos.

7.ª Questão - Na sua opinião, qual pensa ser o posicionamento relativo de Portugal no aproveitamento das potencialidades das *tecnologias de informação e comunicação* no exercício da actividade diplomática, no contexto internacional?

De um modo geral, os resultados indiciam um grande afastamento de Portugal face ao conjunto dos países mais desenvolvidos, reflectindo de acordo com um dos inquiridos “um verdadeiro atraso mental, cultural e organizacional nesta matéria”, “inaceitável, perigoso e irresponsável”. Apenas um dos inquiridos considera que o nosso país ao “mesmo nível dos países com que nos relacionamos prioritariamente”, sendo que outro dos inquiridos reconhece ter “havido grande progresso na utilização das TIC nas missões diplomáticas PT”, ficando no entanto aquém dos parceiros da U.E. e E.U.A.

8.ª Questão - Quais os desafios futuros que vislumbra que se coloquem à diplomacia portuguesa neste campo? Que recomendações faria à generalidade dos actores diplomáticos portugueses?

De uma forma geral, foi considerada necessária uma “aprendizagem tecnológica intensiva” e da forma como a usar, que diminua o *gap* existente e que mude o “paradigma cultural vigente” em Portugal, determinado, em grande medida, por pessoas sem conhecimentos tecnológicos muito sólidos.

Foi referido por um dos inquiridos que tal aprendizagem deverá entender a informação como o elemento fundamental do contexto profissional dos diplomatas e as tecnologias de informação e comunicação como um conjunto de instrumentos essenciais que são colocados à disposição dos diplomatas, sendo notadas por um dos inquiridos “incapacidades funcionais nos actuais diplomatas” que “não conseguem expressar de forma clara e organizada nada sobre informação”.

É sugerida a criação de uma “escola de diplomacia com educação esmerada em utilização das tecnologias de informação e comunicação”, não existente em Portugal, que abranja também diplomatas mais experientes, ou o recurso a especialistas externos.

Outro dos aspectos evidenciados é o da relevância das questões de segurança e dos riscos associados à actividade diplomática no actual contexto, e à diminuição da burocracia e a urgência de uma mudança das estruturas organizacionais de forma a agilizar a acção perante uma realidade que muda muito rapidamente através da constituição de plataformas de comunicação adequadas e da adopção de serviços que possibilitem o tratamento de enormes quantidades de informação e de modelos de simulação que auxiliem a actividade.

Um dos inquiridos refere mesmo ter “dúvidas que exista diplomacia portuguesa tal como ela deveria ser entendida”.

Toda a informação recolhida durante as entrevistas foi feita através de correio electrónico. Não foi possível, apesar de todas as tentativas efectuadas, recolher qualquer contributo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

5.5. Discussão dos resultados obtidos

As respostas quanto ao facto de as TIC serem ou não decisivas para a actividade diplomática revelam uma ausência de consenso. Reconhecendo indiscutivelmente a sua importância, o facto de alguns dos inquiridos não entenderem o seu uso como decisivo para a actividade, considerando-o apenas instrumental, vem valorizar, na opinião dos inquiridos, a existência de situações no contexto diplomático não dependentes da tecnologia, revelando um entendimento diferente quanto ao papel da diplomacia virtual.

No entanto, isso poderá reflectir, pelo menos em parte, que as instituições diplomáticas não estão ainda preparadas tecnologicamente nem conscientes da importância das TIC.

A alteração do conceito de segurança em resultado do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação também não pode ser considerada uma conclusão incontestada. Alguns dos inquiridos referem a alteração do conceito pela introdução de uma nova dimensão: a do ciberespaço, sendo indicada a existência de importantes fragilidades no âmbito de uma possível ciberguerra, e alterações nos comportamentos das organizações, enquanto que outros autores consideram não existir uma alteração do conceito.

Relativamente às redes sociais, parece consensual que as oportunidades conferidas no âmbito do incremento dos processos de consulta, de negociação e da auscultação de um conjunto mais alargado de actores que podem influenciar o processo de decisão, são muito relevantes, estando os principais riscos associados a um desconhecimento da realidade, à falta de competências tecnológicas e à não utilização das potencialidades da tecnologia face a um uso generalizado da mesma.

Quanto às consequências do acesso generalizado à informação para a actividade diplomática, foi possível identificar um conjunto de dois tipos distintos de argumentações:

- A de que, por um lado, o acesso generalizado à informação poderá ser utilizado como uma arma, possibilitando aos agentes diplomáticos chegar a um conjunto mais vasto da população e, facilitando o exercício da actividade desde que fazendo uso dos suportes adequados;
- A de que, por outro, ao gerar uma densidade de ruído elevada associada a maiores volumes de informação, poderá, eventualmente, perturbar o exercício da actividade, constituindo também uma ameaça ao segredo de Estado e, gerando concorrência no exercício da actividade. Este aspecto requererá sempre uma adequada filtragem da informação existente.

No entanto, e dado que o principal recurso da diplomacia é a informação, parece consensual afirmar que o acesso aberto à informação implicará uma maior exigência no desempenho da actividade diplomática, na recolha e tratamento da informação e no

exercício de influência, podendo também ser mais escrutinável por entidades exteriores que constituem a opinião pública.

A análise das respostas indicia uma desvantagem tecnológica muito clara do sector público face ao privado, que reflectirá uma transferência de poder no exercício da actividade diplomática. No entanto, é possível identificar algumas respostas distintas, sendo que alguns dos inquiridos sustentam uma superioridade do sector público em países mais desenvolvidos e um inquirido que sustenta a igualdade de circunstâncias.

Por outro lado, a maioria dos inquiridos defende que a existência de novas ferramentas virtuais de comunicação interactiva em rede não representa um problema para a actividade diplomática, desde que estejam salvaguardadas as questões associadas à segurança. O quanto a salvaguarda da segurança poderá restringir a liberdade dos cidadãos é indissociável desta questão.

No entanto, foram salientados alguns aspectos ao nível da difusão de centros de poder, e de falta de preparação das actuais lideranças política e militar para lidar com o novo paradigma. Este aspecto poderá ser muito relevante podendo conduzir a uma ineficácia na acção desenvolvida por estas instituições, não recolhendo inputs que poderão ser essenciais à eficácia da sua acção no contexto internacional, nem chegando a alvos importantes à sua acção mais facilmente acessíveis através das ferramentas referidas, ou partilhando informação em ambientes inadequados.

A análise dos contributos obtidos parece indiciar de forma clara um grande afastamento de Portugal face aos países mais desenvolvidos, evidenciando dificuldades culturais e organizacionais muito relevantes. Tal cenário requererá a adopção de medidas tendo em vista uma aprendizagem com as experiências de países mais evoluídos neste domínio.

Parece existir uma necessidade de uma intensa aprendizagem tecnológica, em função da importância das tecnologias de informação e comunicação no exercício da actividade diplomática, que tem na informação o seu recurso fundamental. Uma das formas mais óbvias para esta aprendizagem poderá ser a criação de uma escola de diplomacia com uma grande intensidade na utilização de TIC e que possibilite aos agentes diplomáticos nacionais reduzir a desvantagem em que parecem estar face às entidades privadas e face ao contexto internacional, e formar novos diplomatas mais qualificados neste domínio.

Conclui-se igualmente a importância de uma actualização a nível formativo e organizacional, se necessário com recurso a especialistas externos que permitam uma implementação das melhores práticas existentes na área internacionalmente, mudando as estruturas organizacionais permitindo a constituição de plataformas de comunicação adequadas e a adopção de serviços que possibilitem um eficaz tratamento da extensa informação disponível.

5.6. Conclusões – a Diplomacia Portuguesa na Era da Informação

Em termos gerais, parece existir uma necessidade premente de adaptação pelos diversos actores diplomáticos nacionais às novas tecnologias de informação e comunicação, e novas formas de comunicar e gerir informação.

Os contributos obtidos parecem indiciar uma inadaptação da diplomacia portuguesa à Era da Informação, evidenciada pela incapacidade dos agentes diplomáticos nacionais em fazer uso do *soft power*, ou poder cultural tal como definido por Nye (2006) possibilitado pelas novas TIC, adaptado ao novo ambiente comunicacional.

No fundo, parece estar em causa a existência de uma verdadeira actividade diplomática adaptada à Era da Informação, ou diplomacia virtual no nosso país (um dos entrevistados coloca mesmo em causa a existência de diplomacia Portuguesa tal como ela deve ser entendida), pelo menos ao nível de outros países mais desenvolvidos, não sendo aproveitadas as oportunidades concedidas pelas mudanças ocorridas na tecnologia, nem sendo entendida uma lógica de funcionamento e organização da sociedade em rede.

Na prática, parece subsistir uma utilização de ferramentas tradicionais num contexto diferente, de um campo de actuação profundamente modificado, não sendo implementados de forma consistente.

Para além das mudanças tecnológicas impostas pela nova era, existem outros desafios relacionados com a cultura organizacional, prioridades de recursos humanos e procedimentos operacionais que, de acordo com Smith (2003) representam 90% dos desafios colocados pela diplomacia virtual.

Parece estarmos perante uma necessidade muito premente e urgente de adopção de políticas sustentadas adaptadas a um novo contexto diplomático, que assente no uso do

soft power informacional para expressar ideias, valores e normas através do novo ambiente comunicacional já prevalecente.

A consideração de referenciais teóricos como a *noopolitik* de Ronfeldt & Arquilla (1999; 2007) assente no entendimento de todo o planeta como uma enorme rede global, como uma relação de forças reequilibrada entre Estado, mercado e sociedade civil, sublinhando os fenómenos de criação e partilha de conhecimento; como a *cyberpolitik* de Rothkopf (1998) assente na ideia de que o mais poderoso continuará sempre a prevalecer, sendo aquele que melhor se adaptar à era da informação; ou como a *netpolitik* de Bollier (2003) que associa os desenvolvimentos tecnológicos e as estruturas em rede a uma insegurança endémica, em que múltiplos actores podem usar os recursos possibilitados pela computação em rede e por uma organização em rede para influenciar e, eventualmente determinar, tomadas de decisão do poder político, poderá servir de suporte conceptual à adopção de uma nova abordagem à actividade diplomática no contexto nacional, mais adaptada aos desafios actuais.

Será necessário entender a sociedade como ‘interconectada’ tal como definido por Martin (2001) em que os actores sociais são cada vez mais agentes globais com agendas globais, num ambiente composto por uma rede de dispositivos de comunicação interligados numa única rede integrada de comunicações electrónicas digitais, permanente, que de acordo com Martin (2001) constitui já hoje uma ‘moderna ordem mundial’.

Os contributos recolhidos, parecem expressar, um relativo desconhecimento por parte dos actores diplomáticos portugueses dos desafios e oportunidades concretos que se colocam à actividade, em resultado das novas formas de comunicar existentes e de uma sociedade que se organiza em rede, e em que os desenvolvimentos tecnológicos possibilitam crescentes formas de interacção virtual com os cidadãos.

Tal desconhecimento parece traduzir uma incapacidade por parte dos agentes diplomáticos nacionais de integrar a mudança tecnológica e estrutural ocorridas mundialmente, ou do exercício da actividade diplomática num contexto virtual, que se poderá constituir, na prática, como um risco de perda de predominância em funções por si exercidas, em benefício de actores concorrentes, sejam outros países ou agentes privados, com consequências relevantes para o país e para os seus cidadãos e agentes económicos.

A situação actual da diplomacia Portuguesa parece ser assim, em função dos contributos recebidos, distante do que a realidade global actualmente exige, aparentemente traduzindo uma falta de preparação técnica dos vários actores envolvidos e uma inadequação estrutural das instituições diplomáticas tradicionais que arriscam alguma marginalidade no domínio da informação como recurso nas várias dimensões actualmente abrangidas pelo conceito.

Uma alteração do cenário acima identificado implicará que a tecnologia seja levada mais a sério e sejam efectuados esforços substanciais que possibilitem essa adaptação, aproximando mais as práticas diplomáticas do ambiente comunicacional global e aos novos modos de relação com os cidadãos, por exemplo, através da interacção virtual entre diplomatas e os respectivos homólogos e o público.

Este processo tenderá a implicar uma formação mais intensiva em áreas tecnológicas ou associadas a sistemas de gestão da informação e do conhecimento e/ou a contratação de funcionários habilitados nessas áreas, reconfigurando as estruturas hierárquicas das organizações envolvidas, valorizando mais a autonomia e criatividade dos seus funcionários e, sobretudo, formas de comunicação dos mesmos para o exterior, não limitando ou restringindo o acesso ao mundo exterior, tendo presente a necessidade de adopção de práticas rigorosas ao nível da segurança digital, como o desenvolvimento de métodos criptográficos acessíveis que possibilitem um uso seguro das potencialidades das TIC.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

O presente estudo permitiu evidenciar a existência de uma necessidade premente de adaptação pelos diversos actores da diplomacia às novas TIC, e a novas formas de comunicar e gerir informação.

É por isso essencial que os governos, levem a tecnologia mais a sério e efectuem esforços substanciais que possibilitem essa adaptação, aproximando mais as práticas diplomáticas do ambiente comunicacional global e aos novos modos de relação com os cidadãos, por exemplo, através da interacção virtual entre diplomatas e os respectivos homólogos e o público, através de novos recursos tecnológicos.

Estará em causa a utilização das ferramentas mais adequadas à Era da Informação, o recurso ao *soft power* informacional, como ferramenta de transmissão de valores e normas, capaz de abranger um conjunto cada vez mais vasto de pessoas, em detrimento do uso de ferramentas tradicionais hoje ineficazes.

Este processo tenderá a implicar uma formação mais intensiva em áreas tecnológicas ou associadas a sistemas de gestão da informação e do conhecimento e/ou a contratação de funcionários habilitados nessas áreas, reconfigurando as estruturas hierárquicas das organizações envolvidas, valorizando mais a autonomia e criatividade dos seus funcionários e, sobretudo, formas de comunicação dos mesmos para o exterior. Deste modo, não será limitado ou restringindo o acesso ao mundo exterior, tendo presente a necessidade de adopção de práticas rigorosas ao nível da segurança digital, como o desenvolvimento de métodos criptográficos que possibilitem um uso seguro das potencialidades das TIC.

Trata-se de valorizar uma lógica de funcionamento em rede, que não se restringe à computação, mas que abrange a estrutura organizacional de toda a sociedade, em que a complementaridade e interconexão são cada vez mais relevantes face às hierarquias, em

certa medida, a tradução prática da noosfera, conceito criado por Teilhard de Chardin. Teorias como a *noopolitik*, formulada tendo por base este conceito, como *cyberpolitik* ou a *netpolitik*, serão hoje mais úteis à criação de uma estratégia adequada às actuais exigências da actividade diplomática, em função do ambiente comunicacional prevalecente e de uma sociedade organizada em rede.

O facto dos desafios colocados à actividade diplomática apresentarem uma natureza cada vez mais interdependente implica que as soluções a obter para os mesmos tenham de ser crescentemente globais, pelo que a partilha de ferramentas tecnológicas será fundamental, nomeadamente ao nível das plataformas e dos sistemas operacionais que possibilitem a criação de estratégias de rede e de mecanismos institucionais que permitam a obtenção de soluções partilhadas, de que são exemplo os desafios ambientais e os associados ao controlo e exploração de recursos naturais.

A Era da Informação conduziu a uma redefinição dos limites da segurança nacional, estando hoje muito mais associada às novas tecnologias de informação e comunicação do que no passado, contemplando a realidade do ciberespaço. A preparação para cenários de *guerra de informação* deverá merecer uma atenção muito particular dos Estados e agentes diplomáticos.

O desenvolvimento continuado de um conjunto alargado de redes sociais e de comunidades globais *online* tenderá a implicar uma crescente participação activa dos agentes diplomáticos nessas comunidades, dado o potencial da Internet na circulação de informação e de ideias, gerando debates e influenciando opiniões. No entanto, tal requer o conhecimento dessa realidade, e instrumentos e riscos associados, que em grande medida, parece não existir nos agentes diplomáticos nacionais, o que vem ameaçar a eficácia da actividade diplomática e uma acção consistente no ciberespaço.

Parece não poder concluir-se que tal signifique o final da actividade diplomática tal como conhecida tradicionalmente, mas a sua transformação e adaptação a novos processos de interacção virtual.

Relativamente à actividade diplomática em Portugal, o conjunto de informações recolhidas através das entrevistas efectuadas, parece sugerir um desconhecimento da generalidade dos agentes diplomáticos nacionais das oportunidades e ameaças que se colocam actualmente à actividade, que parece evidenciar uma incapacidade das

instituições nacionais em desempenhar a sua actividade ao mesmo nível dos países mais desenvolvidos, em face de uma eventual menor preparação técnica dos actores envolvidos e de uma inadequação das estruturas das instituições.

Sendo a informação o principal recurso da actividade diplomática, o acesso aberto a fontes informativas aumenta decisivamente a exigência da actividade, sendo necessário um domínio relativamente aprofundado dos desenvolvimentos tecnológicos informacionais e comunicacionais pelas instituições que se dedicam a esta actividade.

No entanto, esta mudança tecnológica vem exigir também importantes mudanças nas estruturas organizacionais das instituições envolvidas, com maior relevância nas aptidões dos recursos humanos e procedimentos operacionais, explorando as possibilidades acrescidas de partilha, discussão e debate oferecidos pela diplomacia virtual.

O caso português parece recomendar uma grande atenção a aspectos tecnológicos e diminuição da burocracia, que poderá ser atingida através de mudanças organizacionais privilegiando estruturas menos hierarquizadas e mais flexíveis, que possibilitem um reforço da autonomia dos funcionários e da sua criatividade.

Um dos passos fundamentais para enfrentar os desafios colocados ao exercício da actividade diplomática na Era da Informação passará por um investimento permanente e em formação e elevação das aptidões tecnológicas dos agentes diplomáticos que poderia passar pela criação de uma instituição especializada no ensino da diplomacia com forte intensidade no ensino de TIC, possibilitando-lhes um domínio actualizado de ferramentas associadas à gestão da informação e do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- Aizawa, M. et al (2008), *Specific Actions for the Japanese government to enhance Science & Technology Diplomacy*. The Council for Science and Technology Policy, Cabinet Office, Government of Japan.
- Aizawa, M. et al (2007). *Toward the Reinforcement of Science and Technology Diplomacy*. The Council for Science and Technology Policy, Cabinet Office, Government of Japan.
- Amaral, P. C. (2006). Cadeira de Gestão da Informação e do Conhecimento da Pós-Graduação em Guerra de Informação/Competitive Intelligence 2006/2007: *Gestão de Informação e Conhecimento, Acetatos e Textos*. Lisboa: Academia Militar.
- Bollier, D. (2003). The Rise of Netpolitik: How the Internet is Changing International Politics and Diplomacy. A Report of the Annual Aspen Institute Roundtable on Information Technology (11th, Aspen, Colorado, August 1-4, 2002). Retirado de http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/custom/portlets/recordDetails/detailmini.jsp?_nfpb=true&_ERICExtSearch_SearchValue_0=ED474412&ERICExtSearch_SearchType_0=no&accno=ED474412
- Boyd, D. M., & Ellison, N. B. (2007). Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, vol. 13 n. 1, article 11. Retirado de <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>
- Brown, R. (2001), *Teaching International Communications: A Textbook Survey*. Retirado de <http://www.bisa.ac.uk/bisanews/0109/Teaching%20IC.htm>
- Cardoso, L. S. (2009), *The Kyrgyzstan DDoS Attacks of January, 2009: Assessment and Analysis*.
- Christodoulides, N. (2005). *The Internet & Diplomacy*. Retirado de http://www.unc.edu/depts/diplomat/item/2005/0103/chri/christo_net.html
- Cieslak, M. (2006). *Rise of the web's social network*. Consultado em 28 de Outubro de 2008, em http://news.bbc.co.uk/2/low/programmes/click_online/5391258.stm

- Curran, B. et al (1997). *Alternating Currents: Technology and the New Context for U.S. Foreign Policy.*, The Foreign Policy Project Occasional Paper N.º 5, Henry L. Stimson Center. Retirado de <http://www.stimson.org/pubs/usfp/tech&fp3.htm>
- Finn, E. (2000), *International Relations in a Changing World: A New Diplomacy?*. Princeton: Princeton University
- Fulton, B. (2001). Net Diplomacy I – Beyond Foreign Ministries. *iMP Magazine*. Retirado de <http://usip.org/virtualdiplomacy/publications/reports/14.html>
- Fulton, B. (2001). *The Digital Diplomat*. Conference on Information Technology and the Practice of Diplomacy. The Elliot School of International Affairs at George Washington University and the American Academy of Diplomacy. Retirado de http://www.academyofdiplomacy.org/publications/agenda_archive/fulton_2001.htm
- Fulton, B. (1998). *Reinventing Diplomacy in the Information Age*. Retirado de <http://ics.leeds.ac.uk/papers/pmt/exhibits/799/reinventingdip.pdf>
- Government of Japan (2008). *Toward the Reinforcement of Science and Technology Diplomacy*. Tokyo: Council for Science and Technology Policy, Cabinet Office, Government of Japan.
- Grant, R. (2005). *The Democratisation of Diplomacy: Negotiating with the Internet*. Discussion Paper in Diplomacy N. 100, Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’
- Guehenno, J. M. (1997). *The Topology of Sovereignty*. Paper Presented at the 1997 Virtual Diplomacy Conference. Retirado de <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/papers/vguehenno.html>
- Heckscher, C. & ADLER, P. (2005). *The Corporation as a Collaborative Community*, Consultado em 9 de Agosto de 2009 em <http://www-rcf.usc.edu/~padler/research/01-Heckscher-chap01%20copy-1.pdf>
- Hendrickson, M. (2007). *Nine Ways to Build Your Own Social Network*. Retirado de <http://www.techcrunch.com/2007/07/24/9-ways-to-build-your-own-social-network/>
- Hoffman, S. (2001). Classic Diplomacy in the Information Age. *Foreign Affairs*, July/August 2001.

- Jauch, D. (1997). *The Enterprise of Diplomacy in the Information Age*. Paper Presented at the 1997 Virtual Diplomacy Conference. Consultado em 1 de Julho de 2007, em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/papers/infotech.html>
- Juma, C. (2000). The UN's Role in the New Diplomacy. *Issues in Science and Technology*. Retirado de ProQuest Information and Learning Company.
- Kaplan, R. (1994). The Coming Anarchy. *Atlantic Monthly*, v. 273, n. 2.
- Kotok, A. (2003). *Public Diplomacy and Information Technology: America's Semi-Secret Weapons*. Retirado de <http://www.publicdiplomacy.org/3.htm>
- Martin, T. (2001). Virtual Diplomacy. *A Student Journal of International Affairs, Volume 2*. Retirado de http://www.carleton.ca/e-merge/v2_art/v2_art1/1.html
- Melissen, J. (2005). *New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. New York: Palgrave/MacMillan.
- Metzl, J. (2001). Network Diplomacy. *Georgetown Journal of International Affairs, Winter/Spring 2001*.
- Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Nabo, F. M. (2006). *2º COTEC Europa – Discurso do Presidente da Cotec Portugal*. Retirado de http://www.cotecportugal.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=90
- Nonaka, I. & Takeuchi, H. (1995). *The Knowledge-Creating Company, How Japanese Companies Create the Dynamical Innovation*. New York: Oxford University Press.
- Nye, J. S. (2006). Think Again: Soft Power. *Foreign Policy, February 2006*. Retirado de http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3393
- Nzioka, R. (2007). *Djibouti: Diplomacy Goes Virtual*. Retirado de <http://www.africanloft.com/djibouti-diplomacy-goes-virtual/>
- Pahlavi, P. (2003). *Cyber-Diplomacy: A New Strategy of Influence* [documento PDF]. Paper presented to the Canadian Political Science Association General Meeting 2003 Halifax, Nova Scotia May 30, 2003: <http://www.cpsa-acsp.ca/paper-2003/pahlavi.pdf>
- Pickering, T. (2000). *The Future of Diplomacy*. Secretary's Open Forum July 27, 2000: http://state.gov/www/dept/openforum/proceedings/2000/000727_pickering.html

- Potter, E. (2008). *Web 2.0 and the new public diplomacy: impact and opportunities*. Retirado de <http://www.fco.gov.uk/en/about-the-fco/publications/publications/pd-publication/web-2>
- Powell, W. W. (1990). Neither Market nor Hierarchy: Network Forms of Organization. *Research in Organizational Behavior, Vol. 12*, 295-336.
- Público (2009, Agosto 7). Ataque informático cala o Twitter durante mais de duas horas. *Jornal Público*.
- Público (2008, Novembro 11). Internet será uma aposta da Administração Obama. *Jornal Público*. Consultado em 11 de Novembro de 2008 em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia-asp?id=1349506>
- Raba, K. (2007). *The Virtual Ambassador – A Practical Approach*. Retirado de <http://diplomacy.edu./Knowledge/VE/rana.asp>
- Ronfeldt, D. & Arquilla, J. (2001). Networks, Netwars, and the Fight for the Future. *First Monday, issue 6_10*. Consultado em 17 de Maio de 2008 em http://firstmonday.org/issues/issue6_10/ronfeldt/
- Ronfeldt, D. & Arquilla, J. (1999). *What if There is a Revolution in Diplomatic Affairs?*. Paper Presented at the International Studies Association Conference, Virtual Diplomacy: A Revolution in Diplomatic Affairs (18 February 1999). Consultado em 1 de Julho de 2007 em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/reports/ronarqISA99.html>
- Ronfeldt, D. & Arquilla, J. (2007). The Promise of Noöpolitik. *First Monday, issue 12_8*. Consultado em 20 de Outubro de 2008 em http://firstmonday.org/issues/issue12_8/ronfeldt/index.html
- Rosenau, J. (1999). *States, Sovereignty, and Diplomacy in the Information Age*. Paper Presented at the International Studies Association Conference, Virtual Diplomacy: A Revolution in Diplomatic Affairs (18 February 1999). Consultado em 1 de Julho de 2007, em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/reports/jrosenauISA99.html>
- Rothkopf, D. (1998), “Cyberpolitik, The Changing Nature of Power in the Information Age”, *Journal of international Affairs* 51, n.º 2, 325-359.

- Santos, M. & Ramos I. (2006). *Business Intelligence: Tecnologias da Informação na Gestão de Conhecimento*. Lisboa: FCA Editora de Informática
- Schall, J. (1998). *Equipped for the Future: Managing U.S. Foreign Affairs in the 21st Century*. Washington, DC: Henry L. Stimson Center.
- Schmidt, L. (2001). *New Tools for Diplomacy – Remote Sensing Use in International Law*, Socioeconomic Data and Applications Center DAAC, NASA Earth Science Enterprise Data and Services. Retirado de <http://earthobservatory.nasa.gov/Features/Diplomacy/>
- Schmitz, C. (1997). *Changing the way we do business in international relations*. United States Institute of Peace. Consultado em 1 de Maio de 2008 em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/papers/schmitz.html>
- Schultz, G. (1997). *Keynote Address from the Virtual Diplomacy Conference: The Information Revolution and International Conflict Management*. PeaceWorks 18 (September 1997). Consultado em 1 de Julho de 2007, em http://www.usip.org/pubs/pworks/virtual18/vdip_18.html
- Smith, G. S. (1999). *Reinventing Diplomacy: A Virtual Necessity*. Paper Presented at the International Studies Association Conference, Virtual Diplomacy: A Revolution in Diplomatic Affairs (18 February 1999). Consultado em 1 de Maio de 2008, em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/reports/gsmithISA99.html>
- Smith, G. S. (2001). *The Challenge of Virtual Diplomacy*. United States Institute of Peace. Consultado em 1 de Maio de 2008 em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/papers/gsmith.html>
- Solomon, R. & Brown, S. (2005). *Creating a Common Communications Culture: Interoperability in Crisis Management*. United States Institute of Peace. Consultado em 1 de Maio de 2008 em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/reports/17.html>
- Solomon, R. (2001). *Information Age Diplomacy*. Paper Presented at the National War College/Northwestern University Symposium, Roosevelt Hall, Fort McNair, Washington, DC, April 5-6, 2001. Consultado em 7 de Junho de 2007, em http://www.ndu.edu/nwc/activities/public/SymposiumWebsite/richard_solomon.htm

- Sousa, A. et al (2000). *Gerir as Entidades do Conhecimento*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Steven, D. (2008). *Technology and Public Diplomacy. Talk to the University of Westminster Symposium on Transformational Public Diplomacy – 30 April 2008*. London.
- The Economist (2008). *Online Social Networks: Everywhere and nowhere, The Economist, edição de 19 de Maio de 2008*. Consultado em 27 de Outubro de 2008, em http://www.economist.com/business/displaystory.cfm?story_id=10880936
- Theros, N. (2001). *Information Technology Reshaping Method of Diplomatic Relations. The Washington Diplomat*. Consultado em 1 de Maio de 2008 em http://www.washdiplomat.com/01-06/a2_06_01.html
- Tooze, R. (2000). Susan Strange, Academic International Relations and the Study of International Political Economy. *New Political Economy*, vol. 5 n.º 2, 280-289.
- United Nations Conference On Trade And Development (2003). *Science & Technology Diplomacy – Concepts and Elements of a Work Programme*. United Nations, New York and Geneva.
- United States Advisory Commission On Public Diplomacy (2003). *The New Diplomacy: Utilizing Innovative Communication Concepts that Recognize Resource Constraints*. Consultado em 28 de Outubro de 2008 em <http://www.iwar.org.uk/psyops/resources/public-diplomacy/pd-advisory-commission>
- Voicu, I. (2003). Multilateral Diplomacy and The Information Society. *ABAC Journal Vol.23, No 2 (May-August 2003)*, 1-20.
- Weiser, M. (1997). *Virtual Tools for Real Diplomacy*. Paper Presented at the 1997 Virtual Diplomacy Conference. Consultado em 1 de Julho de 2007 em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/papers/weiservd.html>
- White, Brian (1999). Diplomacy. In J. Baylis & Steve Smith (Eds.), *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations* (chapter 15). Oxford: Oxford University Press.
- Winslow, C. & Bramer, W. (1994). *Futurework: Putting Knowledge to Work in the Knowledge Economy*. New York: The Free Press.

Wriston, W. (1997). *Keynote Address from the Virtual Diplomacy Conference: Bits, Bytes and Diplomacy*. PeaceWorks 18 (September 1997). Consultado em 1 de Julho de 2007 em http://www.usip.org/pubs/peaceworks/virtual18/bitbytdip_18.html

Yakushiji, T. (2008). *Reinforcement of Science and Technology Diplomacy- Developments of the Collaboration with Developing Countries*. Retirado de http://www.jst.go.jp/global/sympo080919/pdf/01_yakushiji.pdf

Internet

<http://3.bp.blogspot.com>

<http://www.cristyli.com/wp-content/uploads/2009/06/Iran-Twitter.jpg>

<http://ddanchev.blogspot.com/2009/03/embassy-of-portugal-in-india-serving.html>

http://www.darrenkrape.com/wp-content/uploads/2009/03/facebook_diplomacy.png

<http://www.heurism.net/wp-content/uploads/2009/07/diplomacy.jpg>

www.informaticisenzafrontiere.org/viewen.php?id=9

<http://mybarackobama.com>

<http://www.guardian.co.uk/technology/2008/sep/29/facebook.workandcareers>

<http://radar.oreilly.com/2008/04/worldwide-social-network-market-share.html>

www.rand.org/.../rr.12.00/transcendental.html

<http://twotheories.blogspot.com/>

<http://web2.wsj2.com>